

2º Lugar

ADVOCACIA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: O DESAFIO DE UMA NECESSÁRIA APROXIMAÇÃO

Juanez Strapasson

1 INTRODUÇÃO

O móvel da presente pesquisa surgiu da imperdível oportunidade de participar do Primeiro Concurso de Monografias Jurídicas idealizado pela Associação dos Procuradores do Estado do Rio Grande do Sul (APERGS) em parceria com a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (PGE/RS).

O desafio, direcionado a acadêmicos e profissionais da área jurídica, foi o de incentivar a produção acadêmica e dissertar sobre interessante combinação de temas: advocacia pública e direitos humanos.

Breve pesquisa preliminar realizada para possível participação no certame revelou cenário ainda mais desafiador: enquanto uma profusão de obras e artigos de revistas especializadas trata dos direitos humanos, sob os mais variados prismas e em todos os níveis de profundidade, nada especificamente voltado à união do tema com a advocacia pública foi encontrado, reclamando, assim, que o candidato efetuasse a requerida conjugação entre os assuntos selecionados.

Disposto a enfrentar o desafio proposto pela banca examinadora e escolhido o codinome que seria utilizado, passou-se à confecção do trabalho que analisará, primeiramente, o panorama dos direitos humanos na atualidade, sendo necessário para tanto, a verificação do conceito e caracterização dos direitos humanos, a evolução histórica, a fundamentação do tema, o sistema internacional de proteção de direitos humanos e o marco republicano surgido com a Constituição Brasileira de 1988.

Em seguida, passa-se a discorrer sobre a advocacia pública, notadamente, sua colocação constitucional, suas funções precípuas, seus princípios informativos e sua missão no ordenamento contemporâneo.

Finalmente, no terceiro e último capítulo do trabalho, já restando assentes os fundamentos de ambos os assuntos, se debruçará especificamente sobre a aproximação entre direitos humanos e advocacia pública, analisando-se o dever de proteção estatal, a viabilização de políticas públicas, a luta pela dignidade e o papel do advogado público a ser desempenhado com vistas à prevalência dos direitos humanos na sociedade.

2 DIREITOS HUMANOS: CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

2.1 A Busca por um Conceito de Direitos Humanos e sua Caracterização

Por sua especial vinculação com temas jurídicos, políticos, filosóficos, morais e sociais, todos de grande profundidade, não é tarefa fácil buscar o conceito de “direitos humanos”. Embora as referências sejam numerosas¹ e aparentemente incontroversas, ao se buscar um fundamento teórico-jurídico para o tema, os que se dispõem a ir mais a fundo deparam-se com um elevado emprego da matéria convivendo com escassa fundamentação².

Boaventura de Souza Santos preconiza que, nos tempos que correm, não é fácil teorizar sobre os direitos humanos, pois eles pretendem ser uma resposta forte para os problemas do mundo, mas parece cada vez mais evidente que o nosso tempo não é um

¹ Tão numerosas a ponto de Michel Villey chegar a afirmar que “*tem aparecido, nos últimos dez anos, sobre os direitos humanos uma literatura tão gigantesca que nos faz hesitar de a ela algo acrescentar*”, conforme VILLEY, Michel. *Le Droit et les Droits de l’Homme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990, p. 15.

² Conforme LUDWIG, Roberto José. Algumas observações sobre a possibilidade de fundamentação dos direitos humanos. *Revista da Ajuris*, v. 117, Porto Alegre, mar. 2010, pp. 344-345.

tempo de respostas fortes: é antes um tempo de perguntas fortes e respostas fracas³.

Inicialmente, ainda que de forma breve, se faz necessária a conceituação de “direitos”, que, na moderna concepção de Zagrebelsky, “são a armadura jurídica da vontade, um modo de torná-la eficaz e protegê-la de seus inimigos”. São pretensões da vontade juridicamente garantida, entendido o vocábulo “vontade” não como relativo a essa ou àquela relação jurídica, mas à universal, do homem, por si e para si, “independentemente dos contextos individuais. Trata-se do homem que atua para realização de si mesmo como sujeito absoluto”⁴.

Os direitos humanos não compõem a história de uma marcha triunfal ou a história de uma causa perdida de antemão, mas sim a história de um combate, pois “refletem um construído axiológico, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social”, configurando “uma racionalidade de resistência, na medida em que traduzem

³ Conforme SANTOS, Boaventura de Souza. Os Direitos Humanos na zona de contato entre globalizações rivais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 64, jan./fev. 2007, p. 314.

⁴ Conforme ZAGREBELSKY, Gustavo. Direitos de Liberdade e Direitos de Justiça. *Revista de Direito Administrativo*, s/n, São Paulo, mai./ago. 2007, pp. 60-61. Explicita o festejado doutrinador: “A concepção de direitos como pretensão de vontade concorda, à primeira vista, como uma visão ‘defensiva’ ou negativa dos direitos, vale dizer, como um meio de defesa frente ao arbítrio do poder. Mas essa visão é apenas o início. A partir dela é perfeitamente possível que se produzam desenvolvimentos em sentido ‘positivo’, como pretensões frente a quem dispõe de recursos necessários ou úteis para tornar eficientes – ou mais eficientes – os direitos da vontade. Isso pode ocorrer em um sentido intensivo – a efetividade – ou extensivo – a generalização dos direitos. Por isso as pretensões em que se substanciam os direitos orientados à vontade são inexauríveis, assim como também o são a vontade de poder e de força que servem a elas” (p. 61).

processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana”⁵.

Direitos humanos, consideradas tais premissas, são aqueles direitos que o homem possui, nas palavras de Herkenhoff, pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana e pela dignidade que a ela é inerente⁶, expressando um conjunto de valores consagrados em instrumentos jurídicos nacionais e internacionais, destinados a fazer respeitar e concretizar as condições de vida que possibilitem a todo ser humano manter e desenvolver suas qualidades peculiares de dignidade, inteligência e consciência, satisfazendo suas necessidades materiais e espirituais⁷.

Com base nas obras de Norberto Bobbio e Hannah Arendt, Flávia Piovesan, uma das maiores estudiosas nacionais da matéria, pontifica que os direitos humanos são reivindicações morais que nascem quando devem e podem nascer, não nascendo todos de uma vez nem de uma vez por todas. Antes de ser um dado, são um construído, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução⁸.

Para Hannah Arendt, a igualdade em dignidade e direitos é base dos direitos humanos. As pessoas não nascem iguais, mas se tornam iguais como resultado de uma organização humana norteadas pelo princípio da justiça. Aliás, o primeiro direito é ter uma estrutura que ofereça garantia de espaço para a própria afirmação:

⁵ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 110. Baseada em Ignacy Sachs, prossegue a autora com bela passagem: “Não se insistirá nunca o bastante sobre o fato de que a ascensão dos direitos é fruto de lutas, que os direitos são conquistados, às vezes, com barricadas, em um processo histórico cheio de vicissitudes, por meio do qual as necessidades e aspirações se articulam em reivindicações e em estandartes de luta antes de serem reconhecidos como direitos” (p. 110).

⁶ Conforme HERKENHOFF, João Baptista; PAIXÃO, Antonio Côrtes. Garantias Processuais dos direitos humanos no sistema jurídico brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, n. 180, ano 45, out./dez. 2008, p. 216.

⁷ Conforme SANDOVAL, Ana Flávia Magno. A Corte Interamericana de Direitos Humanos e o sistema de precatórios no Brasil. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, São Paulo, n. 25, ano 13, jan./jun. 2010, p. 294.

⁸ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 110.

A igualdade é, assim, um construído político da convivência coletiva, baseado na pluralidade dos seres humanos que compartilham a Terra com outros seres humanos. Por isso, o primeiro direito é o direito a ter direitos, o que, antes de mais nada, quer dizer dar a uma pessoa um lugar no mundo por meio do acesso a uma ordem jurídica e política que assegure o ‘viver numa estrutura onde se é julgado pelas próprias ações e opiniões’ (...) É essa estrutura que nos oferece a garantia do espaço para afirmar quem somos na teia das relações e das histórias humanas⁹.

No mesmo contexto e também baseado nos ensinamentos de Hannah Arendt, Celso Lafer entende que o ser humano, sem acesso ao construído da ordem jurídica e reduzido à mera existência, fica dependente do imprevisível e do improvável da amizade, da simpatia e do amor. A dignidade humana, baseada no direito a ter direitos, requer um novo “nomos” na Terra, mas requer uma garantia da própria humanidade – que Hannah Arendt chama de “amor mundi”¹⁰.

Fabiana Azevedo da Cunha, fundamentando-se em Pérez Luño, lembra a existência de três tipos de definições dos direitos humanos: as tautológicas, que qualificam os direitos humanos correspondentes ao homem pelo fato de ser homem; as formais, que não especificam o conteúdo do direito, sendo aqueles que pertencem a todos os homens e dos quais eles não podem ser privados; e as teleológicas, que buscam valores últimos como a conceituação de que são aqueles imprescindíveis para o aperfeiçoamento da pessoa, progresso social e desenvolvimento da civilização.

E noticia o conceito próprio de Luño, para quem se trata de um conjunto de faculdades e instituições que, em cada momento

⁹ Conforme LAFER, Celso. Direitos Humanos em Hannah Arendt – Considerações sobre as Fontes Materiais da Declaração Universal de 1948. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 113.

¹⁰ Conforme LAFER, Celso. Direitos Humanos em Hannah Arendt – Considerações sobre as Fontes Materiais da Declaração Universal de 1948. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 113.

histórico, dão concretude às exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade humanas¹¹.

A grande nota característica desta espécie de direitos é a sua fundamentalidade e, antes de analisá-la, é necessário lembrar a conhecida polêmica acerca da existência de distinção entre direitos humanos e direitos fundamentais, bem como as suas gerações.

Ingo Wolfgang Sarlet, um dos maiores estudiosos da matéria, ensina que a explicação corriqueira e procedente para a diferenciação é de que o termo “direitos fundamentais” se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados pelo direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão “direitos humanos” guardaria relação com os documentos de direito internacional, referindo-se às posições jurídicas que reconhecem o ser humano como tal, independentemente de vinculação constitucional, aspirando à validade universal para todos os povos e tempos¹².

Nesta senda, os direitos humanos fundamentais de primeira geração surgiram afirmando-se como direitos do indivíduo frente ao Estado, caracterizando-se como direitos de defesa, demarcando uma zona de não-intervenção e uma esfera de autonomia individual em face do poder. São direitos de cunho negativo, pois dirigidos a uma abstenção e não a uma conduta positiva por parte dos poderes públicos, enquadrando-se ainda, nessa categoria, o direito de igualdade formal perante a lei e algumas garantias processuais como o devido processo legal, habeas corpus e direito de petição.¹³

¹¹ Conforme CUNHA, Fabiana Azevedo da. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: a procura da maior proteção aos ser humano. *Revista da Procuradoria-Geral do Estado*, Porto Alegre, v. 28, n. 59, jun. 2004, p. 75.

¹² Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 23. De acordo com Pérez Luño, lembrado por Sarlet, o critério mais adequado para determinar a diferenciação entre ambas as categorias é o da concreção positiva, pois “direitos humanos” se tornou expressão mais ampla, enquanto que “direitos fundamentais” reserva-se àquele conjunto de direitos e liberdades constitucionalmente assegurados, reconhecidos e garantidos pelo ordenamento (p. 31).

¹³ Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, pp. 46-47.

Posteriormente, o impacto da industrialização e os graves problemas sociais e econômicos que a acompanharam, as doutrinas socialistas e a verificação de que a consagração formal da liberdade e igualdade não gerava seu efetivo gozo, acabaram gerando movimentos reivindicatórios e o reconhecimento progressivo de atribuir ao Estado comportamento ativo na realização da justiça social, originando a segunda geração. Possuem, já neste momento, uma dimensão positiva, propiciando um direito de participar do bem-estar social e englobando, ainda, as liberdades sociais. Nas palavras de Ingo Sarlet, não se cuida “*de liberdade do e perante o Estado, e sim de liberdade por intermédio do Estado*”¹⁴.

Os direitos de terceira dimensão, de fraternidade ou de solidariedade, desprendem-se da figura do homem-indivíduo como seu titular para destinar-se à proteção de grupos humanos como família, povo e nação, caracterizando-se como direitos de titularidade coletiva ou difusa, englobando o direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, à qualidade de vida, à conservação e à utilização do patrimônio histórico-cultural e o direito à comunicação¹⁵.

Capitaneada principalmente por Paulo Bonavides, no direito pátrio há posição favorável ao reconhecimento da existência de uma quarta dimensão, resultado da globalização dos direitos fundamentais, que sugere uma universalidade dos mesmos no plano institucional¹⁶.

Nas palavras do próprio idealizador, são direitos da quarta geração:

o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo. Deles depende a concretização da sociedade aberta do futuro, em sua dimensão de máxima universalidade, para a qual parece o mundo inclinar-se no plano de todas as relações de convivência¹⁷.

¹⁴ Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 47.

¹⁵ Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 48.

¹⁶ Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 50.

¹⁷ Conforme BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 22. ed. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 571.

Ainda para Bonavides, enquanto direito de quinta geração haveria o direito à paz, pois em nosso tempo a alforria espiritual, moral e social se abraçam com a ideia de concórdia:

Estuário de aspirações coletivas de muitos séculos, a paz é o corolário de todas as justificações em que a razão humana, sob o pálio da lei e da justiça, fundamenta o ato de reger a sociedade, de modo a punir o terrorista, julgar o criminoso de guerra, encarcerar o torturador, manter invioláveis as bases do pacto social, estabelecer e conservar por intangíveis as regras, princípios e cláusulas da comunhão política¹⁸.

Assentadas tais premissas, a fundamentalidade, noção trazida por Robert Alexy e encampada por Canotilho, aponta para a especial dignidade e proteção dos direitos nos sentidos formal e material¹⁹.

Formalmente, a fundamentalidade encontra-se ligada ao direito constitucional positivo e resulta dos seguintes aspectos: a) como parte integrante da Constituição escrita, os direitos fundamentais situam-se no ápice de todo ordenamento jurídico, tratando-se de direitos de natureza supralegal; b) como normas constitucionais, encontram-se submetidos aos limites formais (procedimento agravado) e materiais (cláusulas pétreas) de reforma constitucional; c) normas diretamente aplicáveis e que vinculam de forma imediata entidades públicas e privadas.

Já a fundamentalidade material decorre da peculiaridade de serem os direitos fundamentais elementos constitutivos da Constituição material, que contém as decisões fundamentais sobre a estrutura básica do estado e da sociedade. Somente a análise do seu conteúdo permitirá a verificação da nota de fundamentalidade aos direitos humanos.

Enquanto a fundamentalidade formal, nos ensinamentos de Canotilho, vincula o poder estatal e garante o posicionamento da norma em grau superior, a ser considerado limite para os demais atos

¹⁸ Conforme BONAVIDES, Paulo. O Direito à Paz como Direito Fundamental da Quinta Geração. *Revista Interesse Público*, Porto Alegre, n. 40, ano VIII, 2006, p. 20.

¹⁹ Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, pp. 74-75.

normativos, a fundamentalidade material se relaciona ao conteúdo, determinando que cada direito fundamental possua cerne ligado às estruturas básicas do estado e da sociedade. Se a distinção existe formalmente entre os direitos fundamentais e os humanos, não há distinção entre tais universalidades em uma análise material²⁰.

Bolzan de Moraes e Gustavo Oliveira Vieira doutrinam que, para a teoria do direito, os direitos humanos estabelecem uma co-originalidade explícita entre direito e moral, fazendo a ideia de pureza, própria do positivismo jurídico contemporâneo, ser superada pelo reconhecimento de um conteúdo substancial básico, de origem moral, constituído e constituinte da política, e arrematam com bela passagem:

É possivelmente o espaço de maior convergência entre o direito e a alteridade, na medida em que se pensa no direito de todos, em todos os lugares, pela concretude do princípio da sociabilidade, necessariamente promovido pela ação solidária e mundial²¹.

Diogo de Figueiredo Moreira Neto, doutrinador e procurador do Estado do RJ aposentado, compartilha do mesmo entendimento. Na lição do renomado autor, os direitos humanos passam a se converter em autênticos direitos morais, pois encontram na consciência moral, no imperativo categórico e na dignidade do homem o seu fundamento. Os direitos humanos deixam de ser jurídicos para adquirir dimensão ética e axiológica, “*pois o sistema do direito positivo não pode lhes dar nascimento nem existe um mundo jurídico supra-sensível do qual possam derivar*”²².

²⁰ Conforme ZISMAN, Célia Rosenthal. Os direitos fundamentais e os direitos humanos: a fundamentalidade formal e a fundamentalidade material. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, n. 67, ano 17, abr./jun. 2009, p. 36.

²¹ Conforme MORAIS, José Luís Bolzan; VIEIRA, Gustavo Oliveira. A Necessidade da Voz da Sociedade Civil Organizada na Concretização dos Direitos Humanos. In: GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa (Org.). *Direitos Humanos: Vozes e Silêncio*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 70.

²² Conforme MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Princípios Constitucionais Fundamentais. Uma Digressão Prospectiva. *Revista de Direito da Procuradoria Geral*. Rio de Janeiro, n. 59, 2005, p. 44.

Em obra totalmente destinada aos direitos humanos, Penteado Filho menciona os seguintes pontos característicos dos direitos humanos: historicidade (pois superaram diversas revoluções até chegarem ao patamar atual), universalidade (pertencem a todos os homens), inexauribilidade (inesgotáveis, podendo ser expandidos), essencialidade (inerentes ao ser humano, são essenciais por natureza), imprescritibilidade (não se perdem com o passar do tempo), inalienabilidade (inexiste possibilidade de transferência), irrenunciabilidade (já que ninguém pode abrir mão de sua própria natureza), inviolabilidade (não podem ser violados, seja por lei, seja por ato de agente), efetividade (devem ser criados mecanismos coercitivos), limitabilidade (não são absolutos), complementaridade (devem ser observados de forma conjunta, não isolada), concorrência (podem ser exercidos de forma cumulada) e vedação ao retrocesso (jamais se pode proteger menos do que já se protege)²³.

Presente a ideia de fundamentalidade como pilar dos direitos humanos, encontra-se a dignidade da pessoa humana, pois o homem, independentemente das circunstâncias, é titular de direitos que devem ser reconhecidos e respeitados pelo Estado. Porque todo ser humano tem uma dignidade que lhe é inerente, incondicionada, não se depende de nenhum critério, senão ser humano. O valor da dignidade humana constitui o norte e o lastro ético dos demais instrumentos de proteção dos direitos humanos²⁴.

Embora se trate de conceito que, como adverte Sarlet, lembrando Alexandrino, pareça pertencer àquele lote de realidades particularmente avessas à clareza, chegando a dar a impressão de se obscurecer na razão direta do esforço despendido para sua compreensão, é possível afirmar que a dignidade, como qualidade intrínseca da pessoa humana, é algo que simplesmente existe, sendo irrenunciável e inalienável²⁵.

Constitui o elemento que qualifica o ser humano como tal e dele não pode ser destacado, sequer podendo cogitar-se na possibilidade de

²³ PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. *Direitos Humanos Fundamentais – Teoria Geral*. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2010, pp. 19-21.

²⁴ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 112.

²⁵ Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, pp. 100-101.

determinada pessoa ser titular de uma pretensão a que lhe seja concedida a dignidade, pois é algo que se reconhece, respeita e protege, mas não que possa ser criado ou lhe possa ser retirado, tendo em vista que já existe em cada ser humano, como algo inato, que lhe é inerente²⁶.

Sobre o tema, bela é passagem da lavra de Castor Bartolomé Ruiz, em interessante artigo sobre os direitos humanos no descobrimento da América:

A pessoa humana tem uma constituição ontológica idêntica em todos os indivíduos pertencentes à espécie humana, entre os quais não existe diversidade essencial. A existência de uma natureza humana determina seus direitos inatos e não dependentes de concessão ou reconhecimento de nenhuma autoridade ou lei histórica. Da natureza humana brotam o direito à vida, inclusive desde antes de nascer, e o direito da pessoa a quanto ela necessite para sustentá-la, conservá-la e defendê-la, com todas as suas consequências²⁷.

Em Kant, as concepções pelas quais os direitos humanos são direitos pré ou supra-estatais encontram apoio e legitimidade.

Confirmando a visão da filosofia estóica, reconheceu-se que a essência da personalidade humana não se confunde com a função ou papel que cada qual exerce na vida. A pessoa não é personagem. A chamada qualificação pessoal (estado civil, nacionalidade, profissão, domicílio) é mera

²⁶ Conforme SANTOS, Boaventura de Souza. Os Direitos Humanos na zona de contato entre globalizações rivais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 64, jan./fev. 2007, p. 315. O autor se questiona: se a humanidade é só uma, por que há tantos princípios diferentes sobre a dignidade humana, todos pretensamente únicos, e por vezes, contraditórios? “A resposta dos direitos humanos a esta interrogação é uma resposta fraca sobretudo se nos atermos ao pensamento dominante dos direitos humanos, a que podemos chamar o pensamento sustentável de direitos humanos. A resposta é fraca porque se refugia na universalidade abstracta e não explica por que tantos movimentos sociais contra a injustiça e a opressão não formulam as suas lutas em termos de direitos humanos e, por vezes, aliás, as formulam segundo princípios que são contraditórios com os dos direitos humanos”.

²⁷ Conforme RUIZ, Castor Bartolomé. Os Direitos Humanos no Descobrimento da América: verdades e falácias de um discurso. *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, São Leopoldo, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 62.

exterioridade, que nada diz da essência própria do indivíduo. Cada qual possui uma identidade singular, inconfundível com a de outro qualquer. Por isso, ninguém pode experimentar, existencialmente, a vida ou a morte de outrem: são realidades únicas e insubstituíveis. Como bem salientou Heidegger, é sempre possível morrer em lugar do outro; mas é radicalmente impossível assumir a experiência existencial da morte alheia²⁸.

O ser humano apresenta a característica singular de permanente inacabamento, lembra Comparato se utilizando da expressão de Heidegger – “eine standige Unabgescholossenheit”, uma realidade em contínua transformação, um sujeito em processo de vir-a-ser. O homem é o único ser incompleto pela sua própria essência, não é, ontologicamente falando, um ser suficiente, mas, ao contrário, um ser “radicalmente indigente”²⁹.

Como observado por Flávia Piovesan, o pensamento kantiano reencontra-se com as ideias de moralidade, dignidade, direito cosmopolita e paz perpétua, e explica:

Para Kant, as pessoas e, em geral qualquer espécie racional, devem existir com um fim em si mesmo e jamais como um meio, a ser arbitrariamente usado para este ou aquele propósito. Os objetos têm, por sua vez, um valor condicional, enquanto irracionais, por isso, são chamados “coisas”, substituíveis que são por outras equivalentes. Os seres racionais, ao revés, são chamados “pessoas”, porque constituem um fim em si mesmo, têm um valor intrínseco absoluto, são insubstituíveis e únicos, não devendo ser tomados meramente como meios. As pessoas são dotadas de dignidade, na medida em que têm um valor intrínseco (...). Para Kant, o imperativo categórico universal dispõe: “Aja apenas de forma a que a sua máxima possa converter-se ao mesmo tempo em uma lei universal”³⁰.

²⁸ Conforme COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, pp. 27-28.

²⁹ Conforme COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 30.

³⁰ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, pp. 113-114.

Sobre o tema, bela é a lição dada pelo jusfilósofo Luiz Fernando Barzotto:

Pensar a ordem jurídica a partir da consideração das pessoas humanas como fins em si mesmas, significa identificar como juridicamente válido somente aquilo que favorece a sua realização como pessoas. A ordem jurídica preocupa-se em determinar assim, o que é devido à pessoa humana como tal, sendo pensada com um conjunto de direitos, e não um sistema de normas. Cada membro da sociedade passa a referir-se a si mesmo e a um outro que é igual a si em dignidade, como titular de direitos idênticos, os direitos humanos³¹.

A visão filosófica, observa Comparato, veio a ser confirmada pela descoberta da estrutura do DNA (ácido desoxirribonucleico) por Watson e Crick, em 1953. Cada um de nós carrega um patrimônio genético próprio e, salvo nos casos de gêmeos homozigóticos, um patrimônio genético único, crescendo-se, a esse primeiro molde, fatores de diferenciação influenciados pelo meio orgânico, social e do próprio indivíduo em si próprio³².

Além da dignidade, a concepção contemporânea dos direitos humanos é marcada pela universalidade e indivisibilidade destes direitos, inaugurada com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1948. Tanto a Declaração de 1948 quanto a Declaração de Viena, que estende, renova e amplia o consenso sobre a universalidade e indivisibilidade, propõem que os direitos humanos são universais, interdependentes e inter-relacionados, devendo a comunidade internacional tratá-los de forma justa e equitativa, em pé de igualdade e com a mesma ênfase³³.

Bolzan de Moraes e Gustavo Oliveira Vieira, neste norte, afirmam que a teoria dos direitos humanos tem dois princípios

³¹ Conforme BARZOTTO, Luís Fernando. Os Direitos Humanos como Direitos Subjetivos: Da Dogmática jurídica à ética. *Revista da Procuradoria-Geral do Estado*, Porto Alegre, v. 28, n. 59, p. 141.

³² Conforme COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 31.

³³ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 117.

basilares: indivisibilidade e universalidade, pois se referem à institucionalização e à promoção de um mínimo ético universal, pela garantia de conteúdos mínimos, a serem realizados a todos os seres humanos e em todos os lugares³⁴.

A condição de pessoa é o requisito único para a titularidade de direitos, considerando o ser humano como ser essencialmente moral, dotado de unicidade existencial e dignidade intrínseca à condição humana. A inovação ocorre por se formular, em plano universal, direitos humanos que não estão ao alcance de uma jurisdição nacional, pois leva em conta a tutela internacional que permite o direito a ter direitos.

Nessa linha, cabe destacar o artigo Seis da Declaração: ‘Toda pessoa tem o direito de ser em todos os lugares reconhecida como pessoa perante a lei’. Esse artigo afirma o indispensável laço de todo ser humano com a ordem jurídica, que é o núcleo duro de todo processo de positivação dos direitos humanos.³⁵

No universalismo, os destinatários dos princípios da afirmação positiva dos direitos não são cidadãos de um Estado particular, mas todas as pessoas, todos os seres humanos deverão ser protegidos, até mesmo se o próprio Estado causar alguma violação a seus direitos³⁶.

³⁴ Conforme MORAIS, José Luís Bolzan; VIEIRA, Gustavo Oliveira. A Necessidade da Voz da Sociedade Civil Organizada na Concretização dos Direitos Humanos. In: GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa (Org.). *Direitos Humanos: Vozes e Silêncio*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 68. Complementam os autores afirmando à mesma página que os direitos humanos também devem se compreendidos como um direito intercultural, que reconhece os direitos culturais dos povos e cria certa tensão, na medida em que as violações são justificadas como práticas próprias de uma cultura.

³⁵ Conforme LAFER, Celso. Direitos Humanos em Hannah Arendt – Considerações sobre as Fontes Materiais da Declaração Universal de 1948. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 113.

³⁶ Conforme VANNUCHI, Paulo. A Evolução dos Direitos Humanos a Partir da Constituição Federal de 1988: o Brasil superando as desigualdades. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 150.

E para além da universalidade³⁷, a Declaração Universal acolhe a ideia de indivisibilidade dos direitos humanos: a garantia dos direitos civis e políticos se transforma em condição para a observância dos direitos sociais, econômicos e culturais, e vice-versa. Tratando-se de unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, se um deles é violado, os demais também o são³⁸.

A Declaração é o primeiro documento internacional dos direitos humanos que busca integrar, de modo simples e inteligível, os direitos humanos em um bloco indivisível, sendo seu caráter holístico seu traço fundamental. A natureza totalizante é confirmada na I Conferência Mundial de Direitos Humanos das Nações Unidas, celebrada em Teerã no ano de 1968, cuja proclamação dizia que os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis. Com efeito, a realização dos direitos civis e políticos sem o gozo dos direitos econômicos sociais e culturais resulta impossível, nos dizeres de Sorto³⁹.

Em razão da indivisibilidade dos direitos humanos, deve ser definitivamente afastada a equivocada noção de que a classe de direitos civis e políticos merece inteiro reconhecimento e respeito, enquanto a classe dos direitos sociais, econômicos e culturais não merece qualquer observância. Isso porque estes últimos são direitos legais, sendo que a ideia de não-acionabilidade dos direitos sociais é meramente ideológica e não científica. Tratando-

³⁷ Emerson Garcia faz interessante relação entre universalidade e soberania estatal: “Reconhecendo-se que os direitos humanos aglutinam valores verdadeiramente essenciais a qualquer grupamento, daí derivando sua fundamentalidade e a correlata necessidade de imperativo respeito pelos Estados, tornou-se inevitável e impostergável uma releitura do conceito de soberania. A universalidade aqui referida, no entanto, possui um colorido mais idealístico-formal que propriamente material, já que frequentes as situações de inobservância”. Conforme GARCIA, Emerson. Influxos da Ordem Jurídica Internacional na Proteção dos Direitos Humanos: O Necessário Redimensionamento da Noção de Soberania. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 127.

³⁸ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, pp. 114-115.

³⁹ Conforme SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. *Revista Verba Juris*, João Pessoa, v. 7, n. 7. 2008, pp. 22-23.

se de autênticos direitos fundamentais, são acionáveis, exigíveis e demandam seria observância, e por isso, nas palavras de Flávia Piovesan, “*devem ser reivindicados como direitos e não como caridade, generosidade ou compaixão*”⁴⁰.

No mesmo sentido, Fernanda Frizzo Bragatto, fundamentando-se em Bielefeldt, afirma que o entendimento de Hannah Arendt sobre o direito corrobora a visão de Kant, na medida em que o direito cosmopolita não é uma filantropia, mas uma necessidade política e jurídica, imposta pela própria realidade⁴¹. É uma expressão normativa das exigências morais que se consubstanciam no respeito e no reconhecimento do Outro, precisamente por sua dignidade.

Os direitos humanos garantem, enquanto direitos fundamentais, espaços para diferentes formas de vida e concepções da vida boa, e o processo democrático realiza a possibilidade de uma compensação justa, em que uma pluralidade de vozes tenha a palavra. Em uma frase, os direitos humanos suportam a postulação de um direito a ter direitos.

⁴⁰ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 118. “De acordo com os dados do relatório ‘Sinais Vitais’, do Worldwatch Institute (2003), a desigualdade de renda se reflete nos indicadores de saúde: a mortalidade infantil nos países pobres é 13 vezes maior do que nos países ricos; a mortalidade materna é 150 vezes maior nos países de menor desenvolvimento com relação aos países industrializados. A falta de água limpa e saneamento básico matam 1,7 milhão de pessoas por ano (90% crianças), ao passo que 1,6 milhão de pessoas morrem de doenças decorrentes da utilização de combustíveis fósseis para aquecimento e preparo de alimentos. O relatório ainda atenta para o fato de que a quase totalidade dos conflitos armados se concentram no mundo em desenvolvimento, que produziu 86% de refugiados na última década” (p. 120).

⁴¹ Conforme BRAGATTO, Fernanda Frizzo. Positivização e efetividade dos direitos humanos. *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 70. A autora, de forma clara, explicita o conceito de direito cosmopolita: “Kant, há mais de duzentos anos, elaborou o conceito de direito cosmopolita (um direito para toda a humanidade), expressando sua universalidade que não afasta as especificidades espaço-temporais e tampouco a supressão da multiplicidade dos Estados em favor de um Estado Único: o direito cosmopolita reconhece o direito de cada pessoa em qualquer lugar do mundo”.

2.2 Evolução Histórica

Jörg Neuner afirma que os direitos humanos não são apenas a expressão de um consenso, mas também o resultado de experiências históricas⁴².

O reconhecimento de uma natureza humana dotada de direitos não tem sido fácil. O esforço pela legitimação dos direitos percorre a história das ideias e dos fatos, afirmações e negações, passando, primeiro, pelo reconhecimento de que certos direitos são inerentes à pessoa humana, notadamente a vida e liberdade.

Ainda que consagrada a concepção de que não foi na Antiguidade que surgiram os primeiros direitos fundamentais, é inegável que o mundo antigo legou algumas das ideias que vieram a influenciar diretamente o pensamento jusnaturalista⁴³. Dignidade, liberdade e igualdade encontram raízes na filosofia clássica, especialmente na greco-romana, e no pensamento cristão⁴⁴.

Caminhando na história, verifica-se que tanto a Declaração francesa de 1789 como a Declaração americana de 1776 consagravam a ótica contratualista liberal, pela qual os direitos humanos se reduziam aos direitos de liberdade, segurança e propriedade, complementados pela resistência à opressão, sendo ausente qualquer direito que dependesse da intervenção do Estado.

Todavia, após a Primeira Guerra Mundial, ao lado do discurso liberal de cidadania fortalece-se o discurso social da mesma, culminando com a elaboração, sob as influências da concepção marxista-leninista, da Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado da então República Soviética Russa, em 1918.

Do primado da liberdade, transita-se para o primado da igualdade, objetivando-se eliminar a exploração econômica. Neste ponto, o Estado passa a ser visto como agente de processos

⁴² Conforme NEUNER, Jörg. Direitos Humanos Sociais. *Revista Direito Público*, São Paulo, v. 26, ano V, mar./abr. 2009, p. 22.

⁴³ Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 37-38.

⁴⁴ Conforme SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. *Revista Verba Juris*, João Pessoa, v. 7, n. 7. 2008, p. 11.

transformadores, e o direito à abstenção estatal converte-se em direito à atuação estatal, com a emergência dos direitos a prestações sociais.

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirmou pela primeira vez, em escala planetária, o papel dos Direitos Humanos na convivência coletiva. Inaugura uma nova concepção de vida internacional: uma comunidade de estados igualmente soberanos e indivíduos livres e iguais, um marco tão forte quanto foi, ao seu tempo, o início da “era dos direitos”⁴⁵ de Bobbio, a passagem do dever dos súditos para os direitos dos cidadãos.

Historicamente, reconheceu-se após a Segunda Guerra Mundial, na qual a barbárie nazista foi legitimada pelo próprio direito positivo alemão, que a senhoria normativa do Estado, antes absoluta, deveria observar balizamentos mínimos, ainda que o seu poder de império fosse direcionado aos seus cidadãos e em seu território. *“Trata-se do reconhecimento de que acima da nacionalidade, vínculo que une o indivíduo ao Estado, tem-se a imperativa garantia de sua humanidade, consectário de sua própria inclusão na espécie humana”*⁴⁶.

Emerge nesse contexto a grande crítica e repúdio a um ordenamento jurídico indiferente a valores éticos. Intenta-se a reaproximação da ética com o direito, e surge a força normativa

⁴⁵ Sobre a “era dos direitos”, Helena Lewin faz interessante observação: “Apesar de Norberto Bobbio ter denominado o século XX como “a era dos direitos”, devido à aplicação dos direitos humanos pela grande maioria dos países, conviria relativizar esta denominação, pois foi, também, durante o século XX que ocorreu a ruptura desses direitos e a introdução da violência como prática consagrada pelo Estado, tendo como exemplaridade o fascismo, o nazismo e o stalinismo, cuja violação da democracia marcou o império da intolerância, da prepotência e da insegurança física e intelectual daqueles rotulados como indesejáveis e supérfluos”. Conforme LEWIN, Helena. Direitos Humanos como Produto da Modernidade. *Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 75, abr./jun. 2008, p. 62.

⁴⁶ Conforme GARCIA, Emerson. Influxos da Ordem Jurídica Internacional na Proteção dos Direitos Humanos: O Necessário Redimensionamento da Noção de Soberania. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 117.

dos princípios, com especial enfoque no princípio da dignidade humana.⁴⁷

Dando seguimento à Carta das Nações Unidas de 1945, países ricos e pobres firmaram um marco legal universal do processo de construção histórica dos direitos humanos. Marcado pela universalidade, interdependência e indivisibilidade, a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, composta de 30 artigos, é iniciada a partir de uma ideia central: todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos⁴⁸.

O documento introduz extraordinária inovação, contendo linguagem de direitos até então inédita, combinando o discurso liberal da cidadania com o discurso social, elencando direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, afirmando a concepção contemporânea dos direitos humanos. Para Flávia Piovesan:

Esta concepção é fruto do movimento de internacionalização dos direitos humanos, que surge, no pós-guerra, como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante o nazismo. É neste cenário que se vislumbra o esforço de reconstrução dos direitos humanos, como paradigma e referencial ético a orientar a ordem internacional. A barbárie do totalitarismo significou a ruptura do paradigma dos direitos humanos, por meio da negação do valor da pessoa humana como fonte do Direito. Se a Segunda Guerra significou a

⁴⁷ “A etapa que se segue à privação dos direitos e à morte da personalidade jurídica é a da destruição da personalidade moral, obtida por meio do silêncio, que impôs o anonimato nos campos de concentração. O silêncio elimina a palavra, a dor e a recordação, até mesmo na memória da família dos internados. Além disso, os ‘campos de concentração, tornando anônima a própria morte e tornando impossível saber se um prisioneiro está vivo ou morto, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada. Em certo sentido, roubaram a própria morte do indivíduo, provando que, doravante, nada – nem a morte – lhe pertencia e que ele não pertencia a ninguém. A morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido”, conforme TURRI, Márcia Hoffmann do Amaral e Silva. *Modernidade e Direitos Humanos: as duas Faces de Jano*. Revista TRF Terceira Região, São Paulo, v. 83, mai.-jun. 2007, p. 137.

⁴⁸ Conforme VANNUCHI, Paulo. A Evolução dos Direitos Humanos a Partir da Constituição Federal de 1988: o Brasil superando as desigualdades. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 149.

ruptura com os direitos humanos, o Pós-Guerra deveria significar a sua reconstrução⁴⁹.

Em verdade, o plano internacional marcado pela globalização e pelo multiculturalismo cria um indivíduo capaz de exercer cada vez mais sua capacidade de mover-se entre diferentes mundos culturais, experimentando transformações até agora inéditas em sua vida⁵⁰.

No preâmbulo da Declaração Universal se reconhece que a pessoa humana tem dignidade e direitos, os quais fundamentam a liberdade, a justiça e a paz na sociedade internacional. Abre-se o documento, pois, com a assertiva cabal de que o ser humano é o centro do processo, o sujeito principal dessa e de toda e qualquer sociedade. Considera-se por tal razão que o desconhecimento e o menosprezo dos direitos humanos originam atos bárbaros, como foram os perpetrados durante a Segunda Guerra Mundial e como o são a miséria e a fome no presente. Proclama-se então como a mais alta aspiração do ser humano o advento de um mundo provido de liberdades civis e de dignidade; um espaço,

⁴⁹ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 112. Complementa a autora na página seguinte (p. 113): “*Sob o prisma jurídico, percebe-se que a primazia da pessoa, fundada na dignidade humana, é resposta à aguda crise sofrida pelo positivismo jurídico. Tal crise é emblematicamente associada à derrota do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha (...). Basta lembrar que os principais acusados em Nuremberg invocaram o cumprimento da lei e a obediência a ordem emanadas de autoridade competente. Neste mesmo sentido, ressalta-se o julgamento de Eichmann em Jerusalém, em relação ao qual Hannah Arendt desenvolve a ideia de “banalidade do mal”, ao ver em Eichmann um ser esvaziado de pensamento e incapaz de atribuir juízos éticos às suas ações*”. Também baseado em Arendt, Celso Lafer afirma que o genocídio pelo qual Eichmann foi penalizado foi perpetrado no corpo do povo judeu, tratando-se de crime contra a humanidade porque é uma recusa frontal da diversidade e pluralidade, características da condição humana na proposta de um mundo plural (Conforme LAFER, Celso. Direitos Humanos em Hannah Arendt – Considerações sobre as Fontes Materiais da Declaração Universal de 1948. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 111).

⁵⁰ Conforme GUIMARAES, Débora Soares. Análise da importância da concepção universal dos direitos humanos e sua justicialização ante o multiculturalismo. *Revista CEJ*, Brasília, n. 47, ano XIII, out./dez. 2009, p. 123.

portanto, livre do temor e da miséria no qual todos usufruam da liberdade de palavra e de crença⁵¹.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas entusiasmadas palavras de Sorto,

é o paradigma ‘irrepetível’ de um momento histórico particular da consciência humana, é o tratado que deveria ser e não foi, é a declaração que deveria ser escrita na Constituição Universal que não existe ainda, é o mais luminoso documento internacional do movimento que começa com a Carta das Nações Unidas, cujo brilho fulgurante ilumina todos os recantos onde os direitos são violados. Se a Declaração fosse tratado internacional não seria o que ela é atualmente, não representaria para a Humanidade o que representa. Se a Declaração fosse tratado já teria sido desrespeitada, transgredida, violada. Mas por sorte a Declaração não é norma convencional vinculante. Por essa razão não pode ser violada, nem ferida, nem tem o destino das leis caducas. Seu destino é o da imortalidade em razão da sua essencialidade histórica e da sua relevância moral e metajurídica⁵².

2.3 Tentativas de Fundamentação

Fabiana Azevedo da Cunha disserta que o tema pertinente à fundamentação dos direitos humanos está longe de pacificação em termos doutrinários. Diz a autora em interessante passagem:

Aliás, discorrendo sobre o tema, Pérez Luño, para ilustrar a dificuldade na produção de um consenso, refere depoimento de Jacques Maritain, em uma reunião de uma Comissão nacional da UNESCO, em que se discutia acerca dos direitos do homem, na qual havia acordo sobre a formulação de uma lista de direitos, decorrentes de ideologias diametralmente opostas, mas a condição

⁵¹ Conforme SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. *Revista Verba Juris*, João Pessoa, v. 7, n. 7. 2008, p. 27.

⁵² Conforme SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. *Revista Verba Juris*, João Pessoa, v. 7, n. 7. 2008, p. 33.

para a existência do acordo era que não se perguntasse o porquê das formulações⁵³.

Alfredo Culleton, na busca de um princípio fundador para os direitos humanos, afirma que direitos que se pretendem universais, válidos para todo o gênero humano, exigem um tipo de fundamentação específica, sem com isto descartar a possibilidade de serem positivados.

Apesar de estarem em constituições, pactos e declarações, para justificar seu reconhecimento e cumprimento não parece ser suficiente, diz o autor, a pura vontade daqueles que os instituíram. Não podem estar fundados apenas na pura norma, pois, se assim fosse, deveria ser justificada a autoridade normatizadora. *“É assim que autores como Hobbes, Kelsen e os positivistas em geral resolvem o problema, mas nunca pretenderam caráter de universalidade”*⁵⁴.

Os direitos fundamentais, enquanto universais, para não serem uma pura estratégia política ou uma ideologia imperialista a mais, mas valor absoluto em si mesmos, devem ter a possibilidade de uma fundamentação racional, de serem reconhecidos e tornados auto-evidentes por meio da razão humana, e tal fundamentação deve ter pretensões de verdade e de universalidade.

Faz-se necessária uma fundamentação racional-argumentativa que torne possível, a todos os seres humanos, não só o reconhecimento da validade, veracidade e universalidade dos direitos humanos, mas a urgência, no sentido de *urget* (isto é, impulso, compromisso), de seu reconhecimento, usufruto, respeito e cumprimento⁵⁵.

⁵³ Conforme CUNHA, Fabiana Azevedo da. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: a procura da maior proteção aos seres humanos. *Revista da Procuradoria-Geral do Estado*, Porto Alegre, v. 28, n. 59, jun. 2004, pp. 72-73.

⁵⁴ Conforme CULLETON, Alfredo. Por que e onde buscar um princípio fundador para os direitos humanos? *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 57.

⁵⁵ Conforme CULLETON, Alfredo. Por que e onde buscar um princípio fundador para os direitos humanos? *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 57.

Nas palavras fortes de Culleton, a dificuldade de se encontrar uma fundamentação para os direitos humanos se reflete na própria Declaração de 1948, pois precedem aos trinta artigos que a compõem “*sete considerando, isto é, sete consultas ao sideral, aos astros, porque não se consegue dizer de onde é que tira a ideia de que os homens são iguais em dignidade e direitos, ou livres por natureza*”⁵⁶.

É consenso entre os doutrinadores que se ocupam da matéria a constatação de que as soluções clássicas às questões acerca da fundamentação dos direitos humanos podem ser reunidas em duas grandes vertentes: a chamada jusnaturalista, que supõe a explicitação ou positivação de algo próprio e natural à condição humana que é evidenciado pela razão e, por outro, a chamada positivista, que supõe a positivação de uma vontade geral com pretensões de universalidade.

Observa o autor que, para os primeiros, a universalidade se encontra na natureza; nos segundos, se encontra na pretensão, tomando-se natureza não no sentido ecológico, mas no filosófico, ou seja, o de razão de ser de algo, aquilo que faz que algo seja o que é. E explicita:

A fundamentação dos direitos humanos tem que ser, pois, uma fundamentação racional-discursiva e não de autoridade. Nessa perspectiva, é uma fundamentação orientada, não ao esclarecimento das bases do reconhecimento histórico desses direitos, mas ao descobrimento dos princípios racionais que conduzem até a necessidade racional da sua proclamação e garantia⁵⁷.

⁵⁶ Conforme CULLETON, Alfredo. Por que e onde buscar um principio fundador para os direitos humanos? *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos* os, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 58.

⁵⁷ Conforme CULLETON, Alfredo. Por que e onde buscar um principio fundador para os direitos humanos? *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 58. Com base em Benito de Castro Cid, Culleton afirma que “*nem a acumulação de dados históricos ou sociológicos favoráveis, nem o fato da efetiva incorporação a grandes Declarações, por muito solenes e importantes que sejam, podem levar a ser consideradas fundamentações suficientemente válidas*”.

Apoiada no escólio de Saavedra, Fernanda Frizzo Bragatto observa que somente a garantia legislativa não se mostra suficiente. Para a autora, ainda que os direitos humanos fossem universalmente reconhecidos pela lei, este seria um fato contingente, incapaz de justificar o valor que os direitos humanos pretendem ter e que exigem reconhecimento⁵⁸.

Outros autores, acreditando na efetiva necessidade de encontrar um fundamento para os direitos humanos, têm defendido a necessidade de dotar os direitos humanos de múltiplas e variadas fundamentações teóricas e práticas, sendo válida qualquer fundamentação deste que se encaixe num sistema teórico ou motive uma atitude prática de efetivação desses direitos. Um pouco mais restritivos, Perez Luño e MacPherson concluem que só a partir de uma perspectiva jusnaturalista faz sentido estudar o problema da fundamentação dos direitos humanos⁵⁹.

Toda fundamentação racional própria tem uma validade racional absoluta. Todavia, tal fundamentação está aberta à possibilidade de que sua validade não seja reconhecida por todos nem ilimitada no tempo. Em um universo plural de racionalidade, dá-se sempre a possibilidade de que existam várias fundamentações absolutas dos direitos humanos. Assim,

a fundamentação dos direitos humanos, enquanto pretende ser crítica e racional, tem de ser conteúdo de uma argumentação orientada a descobrir e formular as razões ou motivações lógicas que têm a capacidade de fazer surgir, na maioria dos homens, o

⁵⁸ Conforme BRAGATTO, Fernanda Frizzo. Positivização e efetividade dos direitos humanos. *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 66.

⁵⁹ Conforme CULLETON, Alfredo. Por que e onde buscar um princípio fundador para os direitos humanos? *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 59. Questiona o autor se é ou não razoável perguntar pelo fundamento racional dos direitos humanos. Segundo o autor, está crescendo a cada dia os adeptos da tese de Norberto Bobbio, que, em artigo denominado “A ilusão do fundamento absoluto”, defende a inexistência de uma fundamentação racional de validade absoluta para os direitos humanos, concluindo que o problema da fundamentação tem alcançado solução na Declaração Universal de Direitos Humanos aprovada pela Assembleia geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Outra posição cética é encontrada em Bentham, reproduzida por MacIntyre no festejado *After Virtue* (1984), para quem não existem direitos humanos, e crer neles é como crer em bruxas ou unicórnios (p. 58).

convencimento da atual necessidade iniludível de reconhecer e garantir o usufruto dos direitos humanos⁶⁰.

Porque os direitos humanos são uma categoria de direitos subjetivos válidos absolutamente, antes de fazerem parte da lei ou da constituição passando a obrigar os poderes públicos, são parte integrante da moral jurídica universalista. Assim se explica a origem pré e supra-estatal dos direitos fundamentais, isto é, daqueles direitos reconhecidos pelo Estado e que concernem à pessoa enquanto membro de uma comunidade política.

Daí a impossibilidade de o conteúdo normativo do direito original do homem esgotar-se na gramática das leis gerais e abstratas, pois o sentido da igualdade jurídica de conteúdo não pode se explicar, suficientemente, apelando somente às propriedades lógico-semânticas dessas leis, posto que a forma gramatical dos preceitos não diz nada acerca da validade desses⁶¹.

As reflexões de Foucault sobre poder, discurso e verdade permitem afirmar que a busca pelo fundamento dos direitos humanos se faz necessária como condição de sua efetividade prática, pois

o poder do discurso dos direitos humanos não se obtém da lei (antes, os direitos humanos legitimam-na), na medida em que a aceitação social do poder e das formas de dominação a ele associadas estão, diretamente, vinculadas aos modos de legitimação, ou seja, ele somente é aceito porque advém de uma verdade estabelecida⁶².

Em verdade, remeter a efetividade dos direitos humanos à lei positiva apresenta o problema de que ela não possui a riqueza de prever todos os casos concretos, mas nem por isso as situações não previstas deixam de reclamar uma justa solução. Conceber a lei como única fonte de

⁶⁰ Conforme CULLETON, Alfredo. Por que e onde buscar um princípio fundador para os direitos humanos? *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 59.

⁶¹ Conforme BRAGATTO, Fernanda Frizzo. Positivação e efetividade dos direitos humanos. *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 68.

⁶² Conforme BRAGATTO, Fernanda Frizzo. Positivação e efetividade dos direitos humanos. *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 69.

direito, à maneira normativista-kelseniana, pode, aqui, resultar a negação daquilo que de mais fundamental é veiculado pelos direitos humanos, ou seja, os direitos inerentes à dignidade humana, pois, eventualmente, é plenamente possível deparar-se com um direito humano não positivado. Isso não significa colocar a positivação numa segunda ordem de importância, mas sim que, no tocante à fundamentação e validade, a positivação não oferece soluções⁶³.

Bolzan de Moraes, estudando a problemática em profundidade, observa a importância do direito positivado na seara dos direitos humanos, atribuindo ao constitucionalismo papel de desenvolver e assegurar parâmetros mínimos de vida social democrática e digna, além de estabilizar conquistas e forjar instrumentos que tragam condições para a prática de seus conteúdos. Com a positivação, tornam-se normas superiores e com maior estabilidade garantida, de regra, pela rigidez dos conteúdos, sobretudo quando se tratam de cláusulas pétreas, imunes a ações transformadoras do Poder Legislativo⁶⁴.

As condições de efetividade dos direitos humanos, para Hannah Arendt, dependem da pertença de seu titular a uma determinada comunidade, que incorpore tais direitos em seu sistema jurídico. Nos dizeres da autora, somente faz sentido falar-se em direitos humanos se o ser humano estiver inserido numa comunidade, pois a perda da comunidade leva necessariamente à sua expulsão da humanidade⁶⁵.

⁶³ Conforme BRAGATTO, Fernanda Frizzo. Positivação e efetividade dos direitos humanos. *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 69.

⁶⁴ Conforme BRAGATTO, Fernanda Frizzo. Positivação e efetividade dos direitos humanos. *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 69.

⁶⁵ Conforme BRAGATTO, Fernanda Frizzo. Positivação e efetividade dos direitos humanos. *Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos*, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 70. A autora afirma que o entendimento de Hannah Arendt “decorre da situação de privação dos direitos humanos dos apátridas, após o fim da II Guerra Mundial, que, segundo a autora, deve-se à perda de um lugar no mundo que tornasse a sua opinião significativa e a sua ação eficaz. A autora explica que, no momento em que os apátridas deixaram de ter um governo próprio, não restou nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los, apesar de sua pertença à espécie humana, de modo que a perda dos direitos implica a perda dos direitos humanos”.

Aplicando o construtivismo de Rawls na seara dos direitos fundamentais, Moller afirma que objeto da justiça é a estrutura básica da sociedade, a organização sistemática da distribuição de direitos e deveres fundamentais e das vantagens provenientes da cooperação social⁶⁶.

Assim, a aplicação da teoria da justiça elaborada por John Rawls contribui para prestar uma justificativa universal dos direitos humanos, pois, assumindo a dificuldade de identificação e implementação da justiça face às diversidades culturais, toma corpo para dirimir questionamentos sobre a possibilidade de coexistência pacífica de indivíduos, doutrinas e povos e a conservação de uma sociedade justa.

Os tempos atuais não comportam mais aquela uniformidade reinante na “pólis” grega, que permitia a comunhão de concepções de vida boa e o direcionamento uniforme de interesses políticos. O discurso tem de poder ir além, questionando as bases da concepção.

Ora, um ponto de contato entre as diversas culturas reside justamente naquelas condições mínimas de vida, para que se tenha uma vida boa, ainda que esta assuma formas distintas. É aqui que se logra uma fundamentação possível para os direitos humanos, enquanto mecanismo necessário (ou pelo menos como o melhor de que se dispõe) para proteger essas condições mínimas, que podem corresponder ao pano de fundo de uma ética mínima, e que jamais se confunde com conteúdos determinados por concepções éticas particulares⁶⁷.

Vicente de Paulo Barreto preconiza que os valores básicos defendidos a partir da inconformidade e do instinto de defesa inatos ao ser humano, quando atingido em sua dignidade, encontram-se acima de qualquer ordem jurídica, social ou

⁶⁶ Conforme MOLLER, Josué Emilio. O construtivismo de John Rawls aplicado na fundamentação dos direitos humanos fundamentais. *Revista Direito e Democracia*, Canoas, v. 7, n. 2, jan./jun. 2008, p. 299.

⁶⁷ Conforme LUDWIG, Roberto José. Algumas observações sobre a possibilidade de fundamentação dos direitos humanos. *Revista da Ajuris*, v. 117, Porto Alegre, mar. 2010, p. 359.

religiosa, e tornam-se o nutriente maior do florescimento da ideia dos direitos humanos como categorias universais⁶⁸.

2.4 Sistema Internacional de Proteção

O processo de universalização dos direitos humanos permitiu a formação de um sistema internacional de proteção destes direitos, integrado por tratados que refletem a consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, buscando-se a salvaguarda de parâmetros protetivos mínimos, o “mínimo ético irredutível”⁶⁹.

Além do sistema normativo global, também surgiram os sistemas regionais de proteção, internacionalizando os direitos humanos nos planos regionais, especialmente na Europa, América⁷⁰ e África, além de um incipiente sistema árabe e a proposta de criação de um sistema asiático.

A lição de Flávia Piovesan é lapidar:

⁶⁸ Conforme BARRETO, Vicente de Paulo. Direitos Humanos, Democracia e Globalização. In: STRECK, Lenio Luiz e outros (Org.). *20 Anos de Constituição: Os Direitos Humanos entre a Norma e a Política*. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 263.

⁶⁹ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 116. A autora destaca que, “até agosto de 2007, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos contava com 160 Estados-partes; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais contava com 157 Estados-partes; a Convenção contra a Tortura contava com 145 Estados-partes; a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial contava com 173 Estados-partes; a Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher contava com 185 Estados-partes e a Convenção sobre os Direitos da Criança apresentava a mais ampla adesão, com 193 Estados partes” (p. 116).

⁷⁰ O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos vem se apresentando como um importante mecanismo para proteção e garantia dos direitos humanos no continente americano. Mudanças recentes nos regulamentos de seus órgãos, ampliação dos estados que ratificaram os tratados, a vigência de novos documentos de abrangência específica aprovados pela OEA, decisões e recomendações vem tornando o sistema único, diverso dos demais existentes, não podendo ser comparado ao sistema europeu. Conforme RIBEIRO, Evandro de Aguiar; TEREZO, Cristina Figueiredo. A legitimidade ativa de instituições públicas brasileiras perante o sistema interamericano de direitos humanos. *Revista do Ministério Público – PA*. Belém, v. 1, ano IV, dez. 2009, p. 119.

Os sistemas global e regional não são dicotômicos, mas complementares. Inspirados pelos valores e princípios da Declaração Universal, compõem o universo instrumental de proteção dos direitos humanos, no plano internacional. Nesta ótica, os diversos sistemas de proteção de direitos humanos interagem em benefício dos indivíduos protegidos. O propósito da coexistência de distintos instrumentos jurídicos – garantindo os mesmos direitos – é, pois, no sentido e ampliar e fortalecer a proteção dos direitos humanos⁷¹.

Os instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos estabelecem um núcleo inderrogável de direitos, a serem respeitados seja em tempo de guerra, instabilidade, comoção pública ou calamidade (artigo quarto do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, artigo vinte e sete da Convenção Americana de Direitos Humanos e o artigo quinze da Convenção Europeia de Direitos Humanos⁷².

Sorto, baseado em René Cassin, afirma que o domínio do Estado não é absoluto em matéria de direitos humanos. Se de um lado o estado exerce de forma exclusiva a competência na promoção e na proteção dos direitos humanos, também a comunidade de estados tem direitos de intervenção nesta matéria⁷³.

Desta forma, a proteção internacional dos direitos humanos é um forte indicador da universalidade, tomando-se como paradigma normas internacionais e a retórica argumentativa, ou da tendência à universalidade – tendo-se em conta o relativismo cultural e os mecanismos de efetivação e proteção dos direitos.

À luz desta universalidade, o respeito aos direitos humanos, preconizado em vários documentos internacionais, tem contribuído para a disseminação de ações protetivas e para a sedimentação da

⁷¹ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 117.

⁷² Conforme PIOVESAN, Flávia. Direito internacional dos direitos humanos e a lei de anistia: o caso brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito da FMP*, Porto Alegre, v. 4, 2009, p. 115.

⁷³ Conforme SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. *Revista Verba Juris*, João Pessoa, v. 7, n. 7. 2008, p. 23.

percepção de existência de uma obrigação moral à sua conservação, sendo que a progressiva integração de normas internacionais tem contribuído de forma decisiva para conferir aos direitos humanos alcance geral⁷⁴.

2.5 A Constituição Brasileira de 1988 como Marco Institucionalizador

A Constituição de 1988 simbolizou, para além da transição democrática, o marco jurídico da institucionalização dos direitos humanos no país, significando a ruptura com o regime autoritário de 1964. O valor da dignidade da pessoa humana – fundamento do estado democrático de direito – impõe-se como núcleo básico e informador de todo o ordenamento jurídico, como critério e parâmetro de valorização a orientar a interpretação do sistema constitucional. A topologia dos direitos e garantias é destacada por Flávia Piovesan:

Introduz a Carta de 1988 um avanço extraordinário na consolidação dos direitos e garantias fundamentais, situando-se como o documento mais avançado, abrangente e pormenorizado sobre a matéria, na história constitucional do país. É a primeira Constituição brasileira a iniciar com capítulos dedicados aos direitos e garantias, para, então, tratar do Estado, sua organização e do exercício dos poderes restabelecimento da equação econômico-financeira depende da concretização de um evento posterior à formulação da proposta, identificável como causa do agravamento da posição do particular. Não basta a simples insuficiência de remuneração. Não se caracteriza rompimento do equilíbrio econômico-financeiro quando a proposta do particular era inexequível. A tutela à equação econômico-financeira não visa a que o particular formule proposta exageradamente baixa e, após vitorioso, pleiteie elevação da remuneração⁷⁵.

⁷⁴ Conforme GARCIA, Emerson. Influxos da Ordem Jurídica Internacional na Proteção dos Direitos Humanos: O Necessário Redimensionamento da Noção de Soberania. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 127.

⁷⁵ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 121.

Lembrando Canotilho, Piovesan afirma que a constituição “*tem sempre como tarefa a realidade: juridificar constitucionalmente esta tarefa ou abandoná-la à política, é o grande desafio*”, pois todas as constituições pretendem, implícita ou explicitamente, conformar o político⁷⁶.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho destaca que a declaração de direitos constante da Carta de 1988 é a mais abrangente e extensa de todas as anteriores, misturando verdadeiros direitos fundamentais em essência com outros que apenas formalmente são direitos fundamentais (por exemplo, o direito a certidões)⁷⁷. Em artigo específico sobre a interpretação a ser dada aos direitos humanos, Balera afirma que o rol de direitos humanos insculpido na CF/1988 não é mera justaposição de tópicos de um programa de ação.

Trata-se, parece-nos, de totalidade que gravita em torno de núcleo fundamental que, ao mesmo tempo, funciona: (a) como pressuposto para a compreensão de cada um desses direitos; (b) como base de sustentação da sua eficiente implantação e, (c) como constitutivo de valor transformador da sociedade⁷⁸.

Encerrando estudo sobre a Declaração de 1948 e a atual Constituição, Flávia Piovesan conclui que a partir de 1988 intensifica-se a interação e conjugação do Direito Internacional e do Direito interno, que fortalecem a sistemática de proteção dos direitos fundamentais com uma principiologia e lógica próprias, fundadas na primazia dos direitos humanos.

⁷⁶ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 123.

⁷⁷ Conforme FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. 35. ed. São Paulo: Saraiva, p. 296.

⁷⁸ Conforme BALERA, Wagner. A interpretação dos direitos humanos. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, São Paulo, n. 25, ano 13, jan./jun. 2010, p. 376.

3 ADVOCACIA PÚBLICA: CONSIDERAÇÕES NECESSÁRIAS

3.1 Função Essencial à Justiça

A Advocacia Pública, juntamente como o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Advocacia, compõem as funções essenciais à Justiça, tendo o poder constituinte originário de 1988, com a normatização, institucionalizado tais atividades profissionais.

Foi o despertar da consciência de um novo patamar de exigências estruturais o Estado democrático que sublinhou as peculiaridades do patrocínio do interesse do Estado e orientou o legislador constituinte que buscasse, nos melhores exemplos do direito comparado e na própria tradição jurídica luso-brasileira, a inspiração para institucionalizar o que hoje se chama de Advocacia de Estado⁷⁹.

A Advocacia Pública ocupa a Seção II do Capítulo IV da atual Carta Política (arts. 131 e 132). É o interesse patrocinado ou aconselhado que distingue a advocacia pública da privada, pois a primeira defende o interesse público, entendido como interesse impessoal, que não se confunde com a vontade do agente ou administrador, sendo função da advocacia pública a promoção da justiça em sua acepção axiológica, tratando-se de um poder-dever. O compromisso do advogado público é com a ordem jurídica e não com a posição do governante, por isso não age, em seu mister, em nome próprio, mas sim do ente federativo que representa⁸⁰.

⁷⁹ Conforme PIERONI, Fabrizio de Lima. A Função Constitucional e a Autonomia da Advocacia Pública. In: FIGUEIREDO, Guilherme Jose Purvin de (org.). *Estudos Jurídicos em homenagem ao Ministro Sepúlveda Pertence*. São Paulo: Letras Jurídicas, 2009, p. 89.

⁸⁰ Conforme PIERONI, Fabrizio de Lima. A Função Constitucional e a Autonomia da Advocacia Pública. In: FIGUEIREDO, Guilherme Jose Purvin de (org.). *Estudos Jurídicos em homenagem ao Ministro Sepúlveda Pertence*. São Paulo: Letras Jurídicas, 2009, pp. 93 e 95-97.

3.2 Representação, Consultoria e Assessoramento

O papel destinado aos advogados públicos é o de representação, consultoria e assessoramento dos entes e entidades da administração direta e indireta, destacando-se que, na obra de José Afonso da Silva, apenas as duas primeiras funções são apontadas pelo notório constitucionalista⁸¹.

No âmbito da função preventiva exercida pelas Procuradorias, insere-se o denominado controle interno de legalidade, cabendo aos advogados públicos orientar a atuação administrativa de forma a viabilizar as políticas públicas legitimamente adotadas, sem permitir que o administrador incorra em injuridicidade.

Já a função postulatória compreende a representação perante os órgãos competentes, veiculando medidas necessárias para a defesa dos interesses estatais, seja representando judicialmente nos feitos em que o ente figure como réu, quanto tomando a iniciativa com medidas judiciais que procurem viabilizar projetos de interesse público relevante, notadamente assegurar a dignidade da pessoa humana⁸².

Utilizando-se das lições contidas no acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4.261 (julgada em 02.08.2010, DJ de 20.08.2010), de Relatoria do Ministro Ayres Britto, Pedro Lenza afirma que, no âmbito do Poder Executivo, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico são exclusivamente confiadas pela Constituição aos Procuradores de Estado, sendo necessária qualificação técnica – ingresso por concurso – e independência funcional, devendo tais características presidir a atuação dos procuradores em razão da absoluta tecnicidade⁸³.

Quanto à consultoria, trata-se de atividade de caráter eminentemente preventivo, no sentido de orientar a atuação da administração, evitando o cometimento de antijuridicidades. Deve-se buscar uma atuação pautada no interesse público, devendo os

⁸¹ Conforme SILVA, José Afonso da. *Direito Constitucional*. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 615.

⁸² CONTE, Francesco. Advocacia Pública, Ética e Defesa da Legalidade. *Revista da Procuradoria Geral*. Rio de Janeiro, n. 59, 2005, pp. 83-84

⁸³ Conforme LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 793.

advogados de estado dar soluções criativas, dentro da legalidade, para a implementação das diretrizes políticas, buscando dar juridicidade à política pública implementada⁸⁴.

3.3 A Defesa do Interesse Público

Bolzan de Moraes ensina que a ação do procurador do Estado, no desempenho de suas funções constitucionais, deve cumprir efetivamente com a salvaguarda republicana numa jurisdição satisfativa, devendo-se compreender que a representação do interesse público deve pressupor não exclusivamente suas atividades no procuratório ou na consultoria, mas também na construção do Estado Democrático de Direito.

Nos dizeres do renomado autor, poder-se-ia, assim, patrocinar não apenas o cumprimento efetivo do papel constitucional da advocacia pública, como também contribuir para o aperfeiçoamento das instituições democráticas, auxiliando, e não apenas prestando, na construção de respostas satisfatórias às pretensões sociais, sem abdicar da missão de resguardo da intangibilidade do interesse público, “*seja no que diz com a materialização das aspirações reconhecidas pela norma jurídica através de prestações públicas, seja pelo aprimoramento das instituições estatais*”⁸⁵.

Para Diogo de Figueiredo Moreira Neto, as funções de advogado de estado têm corte político, inconfundível com as de servidores que exercem atividades administrativas, pois a especial investidura constitucional, além de induzir uma responsabilidade corporativa geral perante órgãos colegiados de classe, implica também numa responsabilidade corporativa especial, perante os órgãos colegiados institucionais que lhes são próprios.⁸⁶

⁸⁴ Conforme GRANZOTO, Cláudio. Advogado de Estado – Defesa do Interesse Público – Independência Funcional Mitigada. *Revista da AGU*. Brasília, n. 13, ago. 2007, pp. 26-27.

⁸⁵ Conforme MORAIS, José Luís Bolzan de. O Direito da Cidadania à Composição de Conflitos. O Acesso à Justiça como Direito a uma Resposta Satisfatória e a Atuação da Advocacia Pública. *Revista da Ajuris*, Porto Alegre, v. 77, ano XXVI, mar. 2000, p. 215.

⁸⁶ Conforme MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. A Responsabilidade do Advogado de Estado. *Revista de Direito da Procuradoria Geral*, n. 63, 2008, p. 102.

3.4 Os Princípios Informativos

Necessário se faz arrolar os princípios informativos da Advocacia de Estado, apontados por Diogo de Figueiredo Moreira Neto, após escrever vinte artigos sucessivos e conferências produzidas ao longo de dezoito anos: essencialidade, institucionalidade, igualdade, unidade, organicidade unipessoal, independência funcional, inviolabilidade, autonomia administrativa e autonomia de impulso⁸⁷.

3.5 A Missão

À advocacia pública é reservada a elevada missão de estabelecer a comunicação entre os subsistemas sociais da política e do direito, e a tarefa institucional de compatibilizar as políticas públicas legítimas, definidas por agentes eleitos, ao quadro de possibilidades e limites oferecidos pelo ordenamento. O papel do advogado público é compreender a política pública que se deseja implementar, que é a vontade popular ao fim e ao cabo, e buscar estabelecer os mecanismos que a viabilizem. Nas palavras de Gustavo Binimbojm,

o Advogado Público tem a possibilidade de conhecer os limites sistêmicos em relação ao orçamento, em relação ao quadro de pessoal, ao quadro de estrutura material, em relação aos possíveis efeitos colaterais de uma política pública, colaborando para a correção dos rumos, contribuindo para a elaboração de políticas mais efetivas e mais eficientes. A atuação singular do Juiz diante do quadro concreto, assim como dos membros do Ministério Público e dos Advogados particulares, coloca-os na condição de alguém que vê a árvore sem ver a floresta. E a Advocacia Pública, através dos seus órgãos de cúpula, através dos seus órgãos de atuação institucional, deve ter essa possibilidade de ter a perspectiva geral dos órgãos de governo, para que possa melhor cumprir o seu papel⁸⁸.

⁸⁷ Conforme MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. A Responsabilidade do Advogado de Estado. *Revista de Direito da Procuradoria Geral*, n. 63, 2008, p. 96.

⁸⁸ Conforme BINENBOJM, Gustavo. A Advocacia Pública e o Estado Democrático de Direito. *Revista Brasileira de Direito Público – RBDP*, Belo Horizonte, n. 31, ano VIII, out./dez. 2010, pp. 33-37.

Max Möller aduz que é exatamente na fundamentação da decisão administrativa – fornecimento de substratos constitucionais e jurídicos às decisões políticas – que se encontra a extrema relevância da atuação da advocacia pública. Segundo o autor, se nada mais é discricionário, e todas as opções são jurídicas ou têm exame jurídico, nada mais necessário do que revestir tais opções de substratos jurídicos e externa-las em linguagem jurídica, e conclui:

É, portanto, o advogado público quem deve proporcionar a justificativa constitucional e jurídica à política pública, não apenas prevenindo um possível questionamento da constitucionalidade do ato, mas reunindo elementos técnicos que são absolutamente relevantes no momento do exame judicial dessas políticas públicas⁸⁹.

A advocacia pública deve apresentar as diretrizes para a atuação administrativa no exercício da atividade discricionária, e seus parâmetros devem servir como medida de valoração material na densificação do conteúdo de cláusulas gerais e conceitos indeterminados, quando a administração pública tem de interpretá-los e aplicá-los⁹⁰, atuando criativamente na busca de soluções inovadoras para a viabilização das políticas públicas propostas pelos agentes eleitos.

4 ADVOCACIA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

4.1 O Dever de Integral Proteção

O desafio que se apresenta à humanidade no terceiro milênio é a impostergável necessidade de romper-se com as sólidas barreiras

⁸⁹ Conforme MÖLLER, Max. *Advocacia Pública e a Efetivação dos Direitos Sociais Prestacionais*. *Revista da Procuradoria-Geral do Estado*. Porto Alegre, Ed. Espec. 45 anos, v. 2, 2010, p. 22.

⁹⁰ Conforme CAMARGO, Daniel Marques de. TESTA JÚNIOR, Washington Luiz. *Direitos Humanos, Dimensões da Personalidade e Neoconstitucionalismo*. *Revista Lex – Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal*, Brasília, n. 32, ano 31, dez. 2009, p. 23.

culturais, ideológicas, econômicas e técnicas que ainda conferem força à dissonância existente no trato dos direitos humanos. Ultrapassado tal obstáculo, com a disseminação dos valores ético-culturais de natureza comum, seria possível alcançar-se um aumento das zonas de convergência quanto ao imperativo respeito aos direitos verdadeiramente essenciais⁹¹.

Num Estado Democrático de Direito, deve-se estar diante de uma política integral de proteção dos direitos. O dever de proteção estatal não somente vale no sentido clássico (proteção negativa), mas também no sentido de uma proteção positiva por parte do Estado: a proteção deve ocorrer frente ao Estado e também através do Estado. Com esse paradigma, o ente público

deve deixar de ser visto na perspectiva de inimigo dos direitos fundamentais, passando a vê-lo como auxiliar do seu desenvolvimento (Drindl, Canotilho, Vital Moreira, Sarlet, Streck, Bolzan de Moraes e Stern) ou outra expressão desta mesma ideia, deixam de ser sempre e só direitos contra o Estado para serem também direitos através do Estado. Insisto: já não se pode falar, nesta altura, de um Estado com tarefas de guardião de “liberdades negativas”, pela simples razão - e nisto consistiu a superação da crise provocada pelo liberalismo - de que o Estado passou a ter a função de proteger a sociedade nesse duplo viés: não mais apenas a clássica função de proteção contra o arbítrio, mas, também, a obrigatoriedade de concretizar os direitos prestacionais e, ao lado destes, a obrigação de proteger os indivíduos contra agressões provenientes de comportamentos delitivos, razão pela qual a segurança passa a fazer parte dos direitos fundamentais⁹².

O fortalecimento do regime doméstico de proteção aos direitos humanos, a partir da consolidação de uma cultura dos direitos humanos, é, nas palavras de Flávia Piovesan, emergencial, pois o

⁹¹ Conforme GARCIA, Emerson. Influxos da Ordem Jurídica Internacional na Proteção dos Direitos Humanos: O Necessário Redimensionamento da Noção de Soberania. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 129.

⁹² Conforme RAMOS, Patricia Pimentel. Dos Direitos Humanos da Vítima de Violência e a Responsabilidade do Estado. *Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 51, 2010, pp. 154-155.

desafio é aumentar o comprometimento dos Estados para com a causa dos direitos humanos, ainda vista “como uma agenda contra o Estado”⁹³.

Interessante paralelo é feito por Bolzan de Moraes e Lenio Streck com apoio em José Eduardo Faria, segundo os quais às diversas gerações de direitos pode-se atrelar o maior compromisso de uma das funções de Estado. Assim, à primeira geração (cidadania civil e política) atrela-se a ação legislativa, bastando o reconhecimento legal para sua concreção, em se tratando de liberdades negativas; à segunda geração (cidadania social e econômica) atrela-se a ação executiva, por meio de prestações públicas e políticas promocionais; e à terceira geração (cidadania pós-material) atrela-se a ação jurisdicional em sentido lato, por meio de uma atividade hermenêutica positiva e concretizante⁹⁴.

Conforme Gilmar Ferreira Mendes, o Estado incorpora a defesa dos direitos humanos em seu próprio poder, ao se definir o poder do Estado como o poder defensor dos direitos humanos, sendo que esses somente podem ser realizados quando limitam o poder do Estado, quando o poder estatal está baseado em uma ordem jurídica que inclui a defesa dos direitos humanos.⁹⁵

4.2 A Viabilização de Políticas Públicas

A efetivação dos direitos humanos passa obrigatoriamente por políticas públicas que permitam a redução do abismo entre indivíduos que habitam o mesmo espaço territorial, com a urgente inclusão social mínima desses indivíduos e sua humanização, como

⁹³ Conforme PIOVESAN, Flávia. Força integradora e catalizadora do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: desafios para a pavimentação de um constitucionalismo regional. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, São Paulo, n. 25, ano 13, jan./jun. 2010, p. 339.

⁹⁴ Conforme BOLZAN DE MORAIS, José Luis; STRECK, Lenio Luiz. *Ciência Política e Teoria Geral do Estado*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 138.

⁹⁵ Conforme MENDES, Gilmar Ferreira. Proteção Judicial Efetiva dos Direitos Fundamentais. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Direitos Fundamentais e Estado Constitucional. Estudos em homenagem a J. J. Canotinho*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, p. 374.

seres racionais que precisam se alimentar, se aquecer, ter infraestrutura sanitária, ter acesso à saúde pública de qualidade, ao conhecimento e à segurança⁹⁶.

Para a realização desses direitos, se faz necessária a utilização de políticas públicas, entendendo-se o termo “política” como quer Dworkin, ou seja, uma meta ou diretriz a alcançar, uma melhoria econômica, política e social da comunidade, um padrão que propõe um objetivo a ser alcançado. Partindo dessa noção, política pública deve ser compreendida não como ato ou atos isolados, mas com um conjunto de atuações do poder público⁹⁷.

Bolzan de Moraes e Gustavo Oliveira Vieira pontificam que a concretização dos direitos humanos pressupõe a construção de uma sociedade com ampla base de solidariedade, conquistada tanto pela atuação do Estado, por meio de políticas públicas, quanto pela chancela social de sua necessidade⁹⁸.

O desafio da filosofia dos direitos humanos é traçar valores universalizáveis, para resgatar elementos comuns como vias emancipatórias da humanidade. A homogeneidade não é perquirida nem desejável, sendo prioritário o respeito à diversidade cultural, como valor dos direitos humanos. Mas resgatar a possibilidade de direitos universais, de todos, em todos os lugares, não é apenas uma tarefa como uma possibilidade, ainda que tomada como uma utopia realista, que nasce de uma educação no e para os direitos humanos, a qual promova não apenas a recomposição dos seus espaços de atuação, mas também a um maior e efetivo

⁹⁶ Conforme LEMOS, Bruno Espineira. Direitos Humanos: Políticas Públicas e Inclusão Social. In: FIGUEIREDO, Guilherme Jose Purvin de. *Estudos Jurídicos em homenagem ao Ministro Sepúlveda Pertence*. São Paulo: Letras Jurídicas, 2009, p. 70.

⁹⁷ Conforme NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Controle de Políticas Públicas: Um Desafio à Jurisdição Constitucional. *Revista de Direito do Estado – RDE*, Rio de Janeiro, n. 14, ano IV, abr./jun. 2009, pp. 114-115.

⁹⁸ Conforme MORAIS, José Luís Bolzan; VIEIRA, Gustavo Oliveira. A Necessidade da Voz da Sociedade Civil Organizada na Concretização dos Direitos Humanos. In: GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa (Org.). *Direitos Humanos: Vozes e Silêncio*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 73.

comprometimento com suas práticas em todos os espaços e ambientes⁹⁹.

Se compete ao Executivo a consecução de políticas públicas voltadas para a proteção dos direitos humanos, a função da advocacia pública, como consultoria jurídica técnica do ente estatal, é a de mostrar as necessidades, os caminhos e as soluções que se fazem necessárias ao aprimoramento e à construção dos direitos humanos, legitimando a atuação do ente público e consolidando uma “cultura dos direitos humanos”.

Todas as políticas públicas deveriam ser elaboradas com a participação de um advogado público, tanto para que este conheça melhor as efetivas necessidades a ser atendidas pelas ações administrativas, quanto para que este, ciente dos interesses públicos que estão carecendo de tutela, possa orientar o agente público sobre os procedimentos adequados ao cumprimento dos requisitos legais, seja recomendando uma formatação jurídica diversa no documento, seja propondo a elaboração de um projeto de lei e regulamentação necessária para que se assegure o respeito aos princípios constitucionais ou ainda suscitando a necessidade de implantação em conjunto com ações de outras Secretarias ou Ministérios¹⁰⁰.

Em outras palavras, se a função precípua da advocacia pública é a representação judicial, assessoramento e a consultoria não só do Poder Executivo, mas do ente federado como um todo, incluindo todos os Poderes estatais e Instituições autônomas, compete à essa função essencial à Justiça, com a mais absoluta tecnicidade, auxiliar tais entidades na consecução de seus fins, e aqui, especificamente, promover e defender os direitos humanos.

⁹⁹ Conforme MORAIS, José Luís Bolzan; VIEIRA, Gustavo Oliveira. A Necessidade da Voz da Sociedade Civil Organizada na Concretização dos Direitos Humanos. In: GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa (Org.). *Direitos Humanos: Vozes e Silêncio*. Curitiba: Juruá, 2011, pp. 79-80.

¹⁰⁰ Conforme GAZOLA, Patricia Marques. O Papel da Advocacia Pública na Integração entre as diversas Políticas Públicas. In: ORDACGY, André da Silva. *Advocacia de Estado e Defensoria Pública: Funções Públicas Essenciais à Justiça*. Curitiba: Letras da Lei, 2009, p. 417.

O auxílio se caracteriza por imprescindível, tanto pelo fato de o Poder Executivo necessitar de suporte técnico-jurídico de qualidade para tomada de decisões, tanto pelo fato de que são os Procuradores de Estado que conduzem as demandas judiciais movidas contra o ente público, sendo de fundamental valia a visão dos que vivenciam o dia a dia da Justiça para o aperfeiçoamento e promoção dos direitos do homem.

A viabilização de políticas públicas é papel da Advocacia de Estado, mas também constitui sua missão contribuir para que a definição e a execução de tais políticas tenham na constituição e nas leis os seus limites, oferecendo ao administrador elementos jurídicos necessários para a concretização de sua discricionariedade política¹⁰¹.

As políticas públicas implementadas no Brasil ainda estão a caminho para se constituírem políticas de Estado, para além de ações de governo, e com capacidade de respostas sistemáticas. Ainda se está na ação socorrista, reativa às circunstâncias, sobretudo em se tratando de situações de violação, sendo necessárias políticas públicas efetivamente orientadas para os direitos humanos.

No momento em que se dá um passo importante para que os direitos humanos avancem no caminho de se constituir política pública, é fundamental dizer que a atuação e a luta por Direitos Humanos não se esgota nisso. Antes, pode ter nele um instrumento poderoso que, a depender da qualidade da implementação, é capaz de abrir novos tempos para a luta popular ou ser mais um passo para funcionalizá-los ao poder. É fundamental manter abertos os 'intervalos críticos', para que os Direitos Humanos continuem sendo construção de sujeitos que os querem como insumo da rebeldia criativa e construtiva¹⁰².

Baseando-se no dever de proteção destinado ao Estado, é possível dizer que o múnus do advogado público é o de proteger os administrados do arbítrio e concretizar os direitos fundamentais, auxílio técnico-jurídico sem o qual as políticas públicas não conseguirão, com plenitude, alcançar a primazia reclamada pelos direitos humanos na atualidade.

¹⁰¹ CONTE, Francesco. Advocacia Pública, Ética e Defesa da Legalidade. Revista da Procuradoria Geral. Rio de Janeiro, n. 59, 2005, p. 87.

¹⁰² Conforme CARBONARI, Paulo César. Caminho para uma Política Nacional de Direitos Humanos. Revista Direitos Humanos, Brasília, n. 5, abr. 2010, p. 21.

A proteção dos indivíduos do arbítrio do ente público, por certo, resta facilitada com o auxílio técnico dos procuradores do ente estatal, pois são esses últimos quem detêm o aparato jurídico necessário à consecução dos direitos humanos como medida de justiça e igualdade.

A concretização de tais valores perpassa, especialmente, a atuação dos advogados públicos, pois, representado o Estado, estão, em verdade, representado a própria coletividade, e é essa coletividade que deve ser objeto de proteção.

Além das funções acima explicitadas, outra função de relevância é destacada aos procuradores de estado, pois aos poderes públicos incumbe a tarefa e o dever de extrair das normas que os consagram a maior eficácia possível, outorgando efeitos reforçados às demais normas constitucionais¹⁰³, verificação técnica que deve ser reservada aos advogados do ente.

Se a sociedade pós-moderna caracteriza-se pelo desrespeito à pessoa humana e pela ineficácia de políticas públicas e do direito em minimizar tal situação, esta deve ser combatida pela ampliação da cidadania e concretização dos valores constitucionais, em um cenário político que propugne a libertação da pessoa humana das opressões sociais e da sensação de ineficiência estatal no trato de tais problemas¹⁰⁴.

E nesta perspectiva de atuação deve concentrar-se o trabalho do advogado público no auxílio técnico que presta ao Executivo.

4.3 O Desafio da Efetivação

O desafio da efetivação dos direitos humanos reside na construção de uma fundamentação que seja adequada para

¹⁰³ Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 271.

¹⁰⁴ Conforme BONIFACIO, Artur Cortez. LIMA, Newton de Oliveira. A abordagem axiológica de John Rawls como meio de instrumentalização dos valores constitucionais. *Revista da Esmarn, Natal*, v. 7, dez. 2008, p. 47. Para os autores, “o pragmatismo no agir do jurista e administrador público não afasta a compreensão dos valores constitucionais e a consciência jurídica da força de obrigatoriedade em sua observância” (p. 45).

legitimar a normatização e a instrumentalização desses direitos. O enfrentamento do problema passa pela verificação da complexidade do mundo, seu pluralismo cultural e multiplicidade de concepções de bem, além do valor da tolerância em um ambiente global em que as cosmovisões coexistam de forma harmoniosa¹⁰⁵.

Ao dar um colorido técnico à atuação política do Executivo, está a Advocacia Pública exercendo papel de relevada importância, pois o aprimoramento das condutas estatais ocasiona, em verdade, o aprimoramento da sociedade, elemento humano do ente público que, composto de pessoas com dignidade inata, merecem maior atenção.

Vê-se, pois, que o trabalho do advogado público, necessariamente, deve englobar a promoção dos direitos humanos notoriamente àqueles objeto de exclusão social e discriminação, pois, possuindo igual dignidade, a recomposição de suas essências mostra-se emergencial.

Com efeito, a promoção dos direitos humanos deve atender sobretudo as demandas dos segmentos afetados pela exclusão – negros, índios, quilombolas, homossexuais, deficientes, a fim de que se respeite sua especificidade, se reconheça e valorize a diversidade, combatendo todas as formas de discriminação¹⁰⁶.

Segundo Boaventura de Souza Santos, trata-se de árdua tarefa, pois *“o trabalho de reconstrução e, de fato, de reinvenção dos direitos humanos será intenso se quisermos que eles enfrentem todas as dimensões da injustiça global”*¹⁰⁷.

Nesta senda, o advogado público, como mandatário do Estado, fica obrigado não somente a respeitar os direitos fundamentais, bem como a promover condições de realização efetiva dos direitos e protegê-los das ameaças provindas de terceiros.

¹⁰⁵ Conforme MOLLER, Josué Emilio. O construtivismo de John Rawls aplicado na fundamentação dos direitos humanos fundamentais. *Revista Direito e Democracia*, Canoas, v. 7, n. 2, jan./jun. 2008, p. 294.

¹⁰⁶ Conforme VANNUCHI, Paulo. A Evolução dos Direitos Humanos a Partir da Constituição Federal de 1988: o Brasil superando as desigualdades. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 154.

¹⁰⁷ Conforme SANTOS, Boaventura de Souza. Os Direitos Humanos na zona de contato entre globalizações rivais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n. 64, jan./fev. 2007, p. 336.

4.4 A Luta pela Dignidade

Se a atividade do Poder Executivo há de ter como diretriz e parâmetro a realização e a plenitude dos direitos humanos fundamentais, harmonizando o princípio da legalidade com esteio na constitucionalidade, deve o advogado público, por estar vinculado à proteção do Estado e, por via de consequência, do que é comum a todos, fornecer as bases técnicas e jurídicas necessárias à consecução das finalidades da proteção dos direitos humanos, notoriamente a proteção à dignidade da pessoa humana.

Para a ordem constitucional da Lei Fundamental, o homem não é nem partícula isolada, indivíduo despojado de suas limitações históricas, nem sem realidade da ‘massa’ moderna. Ele é entendido, antes, como ‘pessoa’: de valor próprio indisponível, destinado ao livre desenvolvimento, mas também simultaneamente membro de comunidades, de matrimônio e família, igrejas, grupos sociais e políticos, das sociedades políticas, não em último lugar, também dos Estados, com isso, situado nas relações inter-humanas mais diversas, por essas relações em sua individualidade concreta essencialmente moldada, mas também chamado a co-configurar responsavelmente a convivência humana¹⁰⁸.

Nos dizeres de Zisman, com fundamento em Bobbio, nenhum Estado soberano está autorizado a fechar suas portas para a tutela da dignidade¹⁰⁹, pois as normas de proteção da dignidade da pessoa atualizam a constituição, respeitando a essência do ser.

¹⁰⁸ Conforme PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 366.

¹⁰⁹ “A verdade é que a dignidade da pessoa humana pode ser considerada como o itinerário normativo posto à disposição da comunidade. Não pode esta última rejeitar tal itinerário sem sofrer serias consequências decorrentes de tal rejeição. Aceitar a dignidade da pessoa humana é aceitar que esse vetor existencial dotará a comunidade de todos os meios e elementos essenciais para atingir seu fim último” Conforme BALERA, Wagner. A interpretação dos direitos humanos. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, São Paulo, n. 25, ano 13, jan./jun. 2010, p. 365.

Toda a atividade estatal e todos os órgãos públicos se encontram vinculados pelo princípio da dignidade da pessoa humana, impondo-lhes um dever de respeito e proteção que se exprime tanto na obrigação por parte do Estado de abster-se de ingerência na esfera individual que sejam contrárias à dignidade pessoal, quanto no dever de protegê-la contra agressões por parte de terceiros.

Nas palavras de Bolzan de Moraes, os direitos humanos são um conjunto de valores históricos básicos e fundamentais relativos a uma vida digna, razão pela qual se impõe aos agentes políticos, jurídicos, econômicos e sociais a tarefa de agirem no sentido de permitir e viabilizar que a todos seja consignada a possibilidade de usufruí-los em benefício próprio e comum, ao mesmo tempo, e arremata: *“Assim como os direitos humanos se dirigem a todos, o compromisso com sua concretização caracteriza tarefa de todos, em um comprometimento como com a dignidade comum”*¹¹⁰.

Conforme Bolzan de Moraes, deve o procurador de estado dar reforço jurídico na indicação dos melhores caminhos a serem seguidos para a concretização e garantia de uma ordem jurídica nucleada pelo princípio da dignidade humana¹¹¹.

A dignidade integra a ordem pública dos estados que a consagram, cuidando-se de fundamento para a limitação de direitos fundamentais – restringem-se direitos para garantir a dignidade – quanto de um limite dos limites, ou seja, de uma barreira contra limitações efetuadas em proveito de outros bens fundamentais¹¹², limites jurídicos que somente serão satisfatoriamente delineados se a atuação da advocacia pública for fundamentada e eficiente.

¹¹⁰ Conforme BOLZAN DE MORAIS, José Luis. Direitos Humanos, Globalização e Constituição. Vínculos feitos, desfeitos e refeitos. Revista da Procuradoria-Geral do Estado. Porto Alegre, v. 25, n. 56, 2002, p. 124.

¹¹¹ Conforme BOLZAN DE MORAIS, José Luis. Fragmentos para um discurso concretista e uma prática dos direitos humanos. Revista do Direito, Santa Cruz do Sul, n. 13, jan./jun. 2000, p. 56.

¹¹² Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. A Eficácia dos Direitos Fundamentais. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, p. 106.

4.5 O Advogado Público na Busca da Prevalência dos Direitos Humanos

Frente aos direitos humanos, o desafio dos operadores do direito, transportado com mais ênfase aos advogados públicos, é

resgatar e recuperar no aparato jurídico seu potencial ético e transformador, aplicando a Constituição e os instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos por ela incorporados. Estão, portanto, à frente do desafio emancipatório de reinventar, reimaginar e recriar sua prática, a partir deste novo paradigma e referência: a prevalência dos direitos humanos¹¹³.

É necessário integrar e aprimorar os espaços de participação existentes, bem como criar mecanismos institucionais de construção e monitoramento das políticas públicas de direitos humanos, o que deve ser efetuado com o aparato técnico indispensável dos advogados públicos.

As políticas sociais devem ser implementadas como políticas de Estado, permanentes, articuladas e integradas, respeitando as condições naturais e as diferenças culturais¹¹⁴, mostrando-se a advocacia pública essencial na verificação destas peculiaridades e na revelação dos parâmetros de atuação dos dirigentes do Executivo.

De acordo com um critério formal e institucional, os detentores de poder formalmente considerados – Legislativo, Executivo e Judiciário – se encontram obrigados pelos direitos fundamentais, enquanto que, num critério material e funcional, todas as funções exercidas também o são, pois “os órgãos estatais se encontram na obrigação de tudo fazer no sentido de realizar os direitos fundamentais”¹¹⁵.

¹¹³ Conforme PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. *Revista O Direito*, v. 141, 2009, p. 126.

¹¹⁴ Conforme VANNUCHI, Paulo. A Evolução dos Direitos Humanos a Partir da Constituição Federal de 1988: o Brasil superando as desigualdades. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 155.

¹¹⁵ Conforme SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011, pp. 365-366.

Nas palavras de Raúl Zamorano Farías,

é necessário insistir na real operatividade (efetividade) das regras (direito) e do Estado cidadão (Bobbio). Posto que, a estas alturas, resulta evidente que constitucionalizar a constituição, efetivar o direito, a fim de construir e definir um Estado democrático de direito, representa o verdadeiro problema e desafio da sociedade moderna, sobretudo em suas periferias. Isto é, lograr que o Estado cidadão seja universal, vinculante e operativo para todos e nos mais mínimos detalhes.¹¹⁶

No Brasil, foi lançado pelo Governo Federal em 13 de maio de 1996 o Programa Nacional de Direitos Humanos, sendo que sua grande contribuição é atribuir a esses direitos o status de política pública. A proteção deixa de ser concebida como mero acaso para ser objeto de planejamento governamental, concentrando um universo de propostas visando à implementação de políticas públicas para a proteção dos direitos humanos, dando especial enfoque à vida, liberdade e igualdade, com propostas e metas de curto, médio e longo prazos.

Seis anos depois, em 13 de maio de 2002, foi adotado o Programa Nacional de Direitos Humanos II, contemplando metas no campo dos direitos econômicos, sociais e culturais, incorporando ações específicas nos campos da educação, saúde, previdência e assistência sociais, moradia, trabalho, meio ambiente saudável, alimentação, cultura e lazer, além de propostas voltadas para educação e sensibilização da sociedade com vistas à construção e à consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos.

Por fim, a construção do Programa Nacional de Direitos Humanos III resultou de amplo processo do qual participaram diversos agentes e lideranças do país, fazendo do texto publicado em 21 de dezembro de 2009 um marco democrático no caminho da efetivação de uma política nacional de direitos humanos. Com

¹¹⁶ Conforme FARÍAS, Raúl Zamorano. O discurso retórico dos direitos humanos. *Revista Direitos Fundamentais & Justiça*, Porto Alegre, n. 2, ano 2, jan./mar. 2008, p. 75.

ele, aprofunda-se o compromisso do Estado com a responsabilidade por sua realização, um novo alento à luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

A Carta de 1988 e os instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos lançam um projeto democratizante e humanista, cabendo aos agentes jurídicos converterem-se em agentes propagadores de uma ordem renovada, democrática e respeitadora dos direitos humanos, a lição de Luís Roberto Barroso é lapidar:

Vivemos uma época pós tudo. Pós Marx, pós Freud, pós Kelsen. Alguns de nossos melhores sonhos de juventude não se realizaram. Não vivemos em um mundo sem países, sem miséria. Não soubemos ainda criar um tempo da fraternidade e da delicadeza. Não há sequer uma boa utopia à disposição. Neste cenário se coloca o direito constitucional e a consequente constitucionalização do direito. A constituição como um modo de olhar e de desejar o mundo, em busca das promessas de dignidade humana, poder limitado, direitos fundamentais, tolerância e, quem sabe, até felicidade¹¹⁷.

E longo caminho existe a ser percorrido, pois conquanto sejam inegáveis os avanços registrados a partir da Constituição Federal de 1988, a igualdade material ainda se mostra um ideal a ser perseguido, um grande desafio cotidiano, pois ainda convivemos com a desigualdade e com a persistência de graves violações de direitos humanos¹¹⁸.

¹¹⁷ Conforme BARROSO, Luís Roberto. *Temas de Direito Constitucional – tomo III*. Rio de Janeiro, Renovar, 2005, p. 517.

¹¹⁸ Conforme VANNUCHI, Paulo. A Evolução dos Direitos Humanos a Partir da Constituição Federal de 1988: o Brasil superando as desigualdades. *Revista Justitia*, São Paulo, v. 198, 2008, p. 151. “Exemplos recentes dessa situação são o caso da jovem presa e violentada em Abaetetuba (PA), do bebê morto na prisão de Cariacica (ES), do adolescente executado sob choques elétricos em Bauru (SP), dos três jovens do Morro da Providência (RJ) entregues por militares a uma facção criminosa e barbaramente torturados e mortos, do garoto de três anos de idade baleado por policiais dentro do carro durante uma suposta perseguição policial (RJ), assim como o estardalhaço caso da menina xavante de 16 anos, muda, parálitica, morta dentro de uma unidade oficial do Estado brasileiro (DF) – fatos extremos que nos fazem pensar sobre os limites do que pode acontecer com o ser humano”.

5 CONCLUSÃO

“O próprio pensamento emerge dos incidentes da experiência viva e a eles deve permanecer ligado, pois são os únicos pontos de apoio para se obter orientação” (Hannah Arendt em “Entre o Passado e o Futuro”).

Analisadas as bases em que se assenta a temática dos direitos humanos na atualidade, e o papel da advocacia pública no ordenamento jurídico brasileiro, logo se nota que a reunião de ambos os assuntos descortina um grande desafio.

Detentores do conhecimento técnico necessário para cumprir com suas funções, é missão do advogado público dar sua contribuição para a efetivação dos direitos humanos.

Seja na representação, consultoria ou assessoramento do ente público, toda a conduta do procurador de Estado deve estar voltada à consecução dos fins estatais mais nobres, analisando juridicamente as possibilidades de atuação, verificando os campos que demandam políticas públicas, atuando de perto quando houver violação aos direitos humanos.

É dever do advogado público possibilitar ao seu constituinte a real implementação dos direitos da pessoa humana, colocando à disposição da administração todo o aparato técnico-jurídico necessário para que se resgate a dignidade daqueles que mais necessitam.

Se o compromisso com a dignidade, fundamento dos direitos humanos, é dever da sociedade, o dever do advogado público passa a ser exponencial, pois ele é quem possui as condições de traçar as possibilidades jurídicas de implementação das políticas de estado. Representando o Estado, em verdade está representando a todos, razão pela qual o procurador tudo deve fazer para proteger os direitos fundamentais.

O desafio se mostra grandioso porque as necessidades humanas são infinitas, mas, ainda que jamais se possa alcançar a plenitude dos direitos humanos para todos os habitantes do planeta, o cenário atual reclama atuação urgente e direta, pois tais direitos guardam relação com a essência do ser, e a essência do homem não pode, jamais, ser violada.

Por fim, para ficar com a conhecida lição de Eduardo Galeano, utopias são como linhas do horizonte, e linhas do horizonte não existem para ser alcançadas. O objetivo, função ou propósito da utopia não é o de ser alcançada: é o de apenas fazer caminhar.

REFERÊNCIAS

BALERA, Wagner. A interpretação dos direitos humanos. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**. São Paulo, n. 25, jan./jun. 2010, pp. 362-380.

BARRETO, Vicente de Paulo. Direitos Humanos, Democracia e Globalização. In: STRECK, Lenio Luiz e outros (Org.). **20 Anos de Constituição: Os Direitos Humanos entre a Norma e a Política**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. **Temas de Direito Constitucional – tomo III**. Rio de Janeiro, Renovar, 2005.

BARZOTTO, Luís Fernando. Os Direitos Humanos como Direitos Subjetivos: Da Dogmática jurídica à ética. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado**. Porto Alegre, v. 28, n. 59, pp. 137-173.

BIELEFELDT, Heiner. Os Direitos Humanos num mundo pluralista. **Revista Pensar – Revista do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza**. Fortaleza, v. 13, jul./dez. 2008, pp. 166-174.

BINENBOJM, Gustavo. A Advocacia Pública e o Estado Democrático de Direito. **Revista Brasileira de Direito Público – RBDP**. Belo Horizonte, n. 31, ano VIII, out./dez. 2010, pp. 33-41.

BOLZAN DE MORAIS, José Luís. Direitos Humanos, Globalização e Constituição. Vínculos feitos, desfeitos e refeitos. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado**. Porto Alegre, v. 25, n. 56, 2002, pp. 117-138.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis. Fragmentos para um discurso concretista e uma pratica dos direitos humanos. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, n. 13, jan./jun. 2000, pp. 47-59.

BOLZAN DE MORAIS, José Luís. O Direito da Cidadania à Composição de Conflitos. O Acesso à Justiça como Direito a uma Resposta Satisfatória e a Atuação da Advocacia Pública. **Revista da Ajuris**. Porto Alegre, v. 77, ano XXVI, mar. 2000, pp. 183-218.

BOLZAN DE MORAIS, José Luis; STRECK, Lenio Luiz. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 138.

BOLZAN DE MORAIS, José Luís; VIEIRA, Gustavo Oliveira. A Necessidade da Voz da Sociedade Civil Organizada na Concretização dos Direitos Humanos. In: GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa (Org.). **Direitos Humanos: Vozes e Silêncio**. Curitiba: Juruá, 2011, pp. 65-81.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2008.

BONAVIDES, Paulo. O Direito à Paz como Direito Fundamental da Quinta Geração. **Revista Interesse Público**. Porto Alegre, n. 40, ano VIII, 2006, pp. 15-22.

BRAGATTO, Fernanda Frizzo. Positivção e efetividade dos direitos humanos. **Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos**. São Leopoldo, v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, pp. 66-71.

CAMARGO, Daniel Marques de. TESTA JÚNIOR, Washington Luiz. Direitos Humanos, Dimensões da Personalidade e Neoconstitucionalismo. **Revista Lex – Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. Brasília, n. 32, ano 31, dez. 2009, pp. 05-36.

CARBONARI, Paulo César. Caminho para uma Política Nacional de Direitos Humanos. **Revista Direitos Humanos**. Brasília, n. 5, abr. 2010, p. 17-22.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 30.

CONTE, Francesco. Advocacia Pública, Ética e Defesa da Legalidade. **Revista da Procuradoria Geral**. Rio de Janeiro, n. 59, 2005, pp. 83-88.

CUNHA, Fabiana Azevedo da. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais: a procura da maior proteção ao ser humano. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado**. Porto Alegre, v. 28, n. 59, jun. 2004, pp. 67-99.

CULLETON, Alfredo. Por que e onde buscar um princípio fundador para os direitos humanos? **Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos**. v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, pp. 57-59.

FARÍAS, Raúl Zamorano. O discurso retórico dos direitos humanos. **Direitos Fundamentais & Justiça**. Porto Alegre, n. 2, ano 2, jan./mar. 2008, pp. 63-77.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, p. 296.

GARCIA, Emerson. Influxos da Ordem Jurídica Internacional na Proteção dos Direitos Humanos: O Necessário Redimensionamento da Noção de Soberania. **Revista Justitia**. São Paulo, v. 198, 2008, pp. 117-131.

GAZOLA, Patricia Marques. O Papel da Advocacia Pública na Integração entre as diversas Políticas Públicas. In: ORDACGY, André da Silva. *Advocacia de Estado e Defensoria Pública: Funções Públicas Essenciais à Justiça*. Curitiba: Letras da Lei, 2009, pp. 413-420.

GRANZOTO, Cláudio. Advogado de Estado – Defesa do Interesse Público – Independência Funcional Mitigada. **Revista da AGU**. Brasília, n. 13, ago. 2007, pp. 19-36.

GUIMARÃES, Débora Soares. Análise da importância da concepção universal dos direitos humanos e sua justicialização ante o multiculturalismo. **Revista CEJ**. Brasília, n. 47, ano XIII, out./dez. 2009, pp. 118-126.

HERKENHOFF, João Baptista; PAIXÃO, Antonio Côrtes. Garantias Processuais dos direitos humanos no sistema jurídico brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, n. 180, ano 45, out./dez. 2008, pp. 215-241.

LEWIN, Helena. Direitos Humanos como Produto da Modernidade. **Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, v. 75, abr./jun. 2008, pp. 60-64.

LAFER, Celso. Direitos Humanos em Hannah Arendt – Considerações sobre as Fontes Materiais da Declaração Universal de 1948. **Revista Justitia**. São Paulo, v. 198, 2008, pp. 111-115.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 15. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

LEMONS, Bruno Espineira. Direitos Humanos: Políticas Públicas e Inclusão Social. In: FIGUEIREDO, Guilherme Jose Purvin de. **Estudos Jurídicos em homenagem ao Ministro Sepúlveda Pertence**. São Paulo: Letras Jurídicas, 2009, pp. 63-76.

LUDWIG, Roberto José. Algumas observações sobre a possibilidade de fundamentação dos direitos humanos. **Revista da Ajuris**. v. 117, Porto Alegre, mar. 2010, pp. 343-366.

MENDES, Gilmar Ferreira. Proteção Judicial Efetiva dos Direitos Fundamentais. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **Direitos Fundamentais e Estado Constitucional. Estudos em**

homenagem a J. J. Canotinho. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009, pp. 372-400.

MENDEZ, Emílio García. O Judiciário e a concretização dos direitos humanos. **Revista da Ajuris.** Porto Alegre, n. 116, ano XXXVI, dez. 2009, pp. 355-364.

MIRANDA, Juliana Gomes. A Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos: uma Garantia Democrática. **Revista Direito Público.** São Paulo n. 20, ano 7, nov./dez. 2009, pp. 122-131.

MOLLER, Josué Emilio. O construtivismo de John Rawls aplicado na fundamentação dos direitos humanos fundamentais. **Revista Direito e Democracia.** Canoas, v. 7, n. 2, jan./jun. 2008, pp. 291-313.

MÖLLER, Max. Advocacia Pública e a Efetivação dos Direitos Sociais Prestacionais. **Revista da Procuradoria-Geral do Estado.** Porto Alegre, Ed. Espec. 45 anos, v. 2, 2010, pp. 09-25.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. A Responsabilidade do Advogado de Estado. **Revista de Direito da Procuradoria Geral.** n. 63, 2008, pp. 95-117.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Princípios Constitucionais Fundamentais. Uma Digressão Prospectiva. **Revista de Direito da Procuradoria Geral.** Rio de Janeiro, n. 59, 2005, pp. 33-48.

NEUNER, Jörg. Direitos Humanos Sociais. **Revista Direito Público.** São Paulo, v. 26, ano V, mar./abr. 2009, pp. 18-41.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O Controle de Políticas Públicas: Um Desafio à Jurisdição Constitucional. **Revista de Direito do**

Estado – RDE. Rio de Janeiro, n. 14, ano IV, abr./jun. 2009, pp. 107-137.

OLIVEIRA, Diogo Pignataro. Os tratados de direitos humanos na contemporaneidade e sua aplicabilidade dentro da nova concepção constitucional brasileira: uma análise crítica do parágrafo terceiro do artigo quinto da CF/88. **Revista de Direito Constitucional e Internacional – RDCL.** São Paulo, n. 64, ano 16, jul./set. 2008, p. 297-323.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Direitos Humanos Fundamentais – Teoria Geral.** 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2010.

PIERONI, Fabrizio de Lima. A Função Constitucional e a Autonomia da Advocacia Pública. In: FIGUEIREDO, Guilherme Jose Purvin de (org.). **Estudos Jurídicos em homenagem ao Ministro Sepúlveda Pertence.** São Paulo: Letras Jurídicas, 2009, pp. 89-100.

PIOVESAN, Flávia. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Brasileira de 1988. **Revista O Direito.** v. 141, 2009, pp. 109-126.

PIOVESAN, Flávia. Força integradora e catalizadora do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos: desafios para a pavimentação de um constitucionalismo regional. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo.** São Paulo, n. 25, ano 13, jan./jun. 2010, p. 331-349.

PIOVESAN, Flávia. Os Direitos Cíveis e Políticos das Mulheres no Brasil. **Revista Justitia.** São Paulo, v. 198, 2008, pp. 133-147.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RAMOS, Patricia Pimentel. Dos Direitos Humanos da Vítima de Violência e a Responsabilidade do Estado. **Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 51, 2010, pp. 148-177.

RIBEIRO, Evandro de Aguiar; TEREZO, Cristina Figueiredo. A legitimidade ativa de instituições públicas brasileiras perante o sistema interamericano de direitos humanos. **Revista do Ministério Público – PA**. Belém, v. 1, ano IV, dez. 2009, pp. 119-132.

RUIZ, Castor Bartolomé. Os Direitos Humanos no Descobrimento da América: verdades e falácias de um discurso. **Revista Estudos Jurídicos Universidade do Vale do Rio dos Sinos**. v. 40, n. 2, jul./dez. 2007, p. 60-65.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os Direitos Humanos na zona de contato entre globalizações rivais. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo, n. 64, jan./fev 2007, pp. 313-337.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia dos Direitos Fundamentais**. 10. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Direito Constitucional**. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.

SORTO, Fredys Orlando. A Declaração Universal dos Direitos Humanos no seu sexagésimo aniversário. **Revista Verba Júris**. João Pessoa, v. 7, n. 7. 2008, pp. 09-34.

TURRI, Márcia Hoffmann do Amaral e Silva. Modernidade e Direitos Humanos: as duas Faces de Jano”. **Revista TRF Terceira Região**. São Paulo, v. 83, mai.-jun. 2007, pp. 129-141.

VANNUCHI, Paulo. A Evolução dos Direitos Humanos a Partir da Constituição Federal de 1988: o Brasil superando as desigualdades. **Revista Justitia**. São Paulo, v. 198, 2008, p. 149-168.

VILLEY, Michel. **Le Droit et les Droits de l'Homme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

ZAGREBELSKY, Gustavo. Direitos de Liberdade e Direitos de Justiça. **Revista de Direito Administrativo**. São Paulo, n. 245, mai./ago. 2007, pp. 52-68.

ZISMAN, Célia Rosenthal. Os direitos fundamentais e os direitos humanos: a fundamentalidade formal e a fundamentalidade material. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. São Paulo, n. 67, ano 17, abr./jun. 2009, pp. 32-51.